

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
CÂMPUS JATAÍ  
CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA

JOVINIANO JOSÉ RODRIGUES JUNIOR

**EDUCAÇÃO RURAL E ENSINO DE CIÊNCIAS: ENTRE O PROPOSTO E O  
EFETIVADO**

JATAÍ - GO

2018

JOVINIANO JOSÉ RODRIGUES JUNIOR

**EDUCAÇÃO RURAL E ENSINO DE CIÊNCIAS: ENTRE O PROPOSTO E O  
EFETIVADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Jataí, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Física.

**Orientadora:** Profa. Dra. Luciene Lima de Assis Pires

JATAÍ - GO

2018

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)**

|         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|         | Rodrigues Junior, Joviniano José.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| ROD/edu | Educação rural e ensino de ciências: entre o proposto e o efetivado / Joviniano José Rodrigues Junior. -- Jataí: IFG, Coordenação do Curso de Licenciatura – Física, 2018.<br>72 f.<br><br>Orientadora: Profª. Dra. Luciene Lima de Assis Pires.<br>Bibliografias.<br><br>1. Educação rural. 2. Ensino de ciências da natureza. 3. Ensino médio. I. Pires, Luciene Lima de Assis. II. IFG, Câmpus Jataí. III. Título.<br><br>CDD 370.9173 |

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Téc.: Aquisição e Tratamento da Informação.  
Bibliotecária – Rosy Cristina Oliveira Barbosa – CRB 1/2380 – Campus Jataí. Cód. F021/2018.

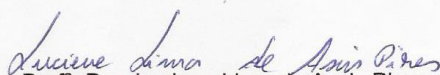
TERMO DE APROVAÇÃO

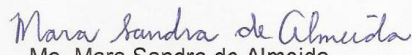
JOVINIANO JOSÉ RODRIGUES JUNIOR

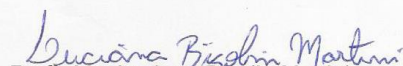
EDUCAÇÃO RURAL E ENSINO DE CIÊNCIAS: ENTRE O PROPOSTO E O  
EFETIVADO

Monografia apresentada à banca examinadora, como parte dos requisitos para  
obtenção do Título de Licenciado em Física pelo Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Jataí.

Banca Examinadora

  
Profª. Dra. Luciene Lima de Assis Pires  
IFG - Câmpus Jataí  
Presidente da Banca

  
Ma. Mara Sandra de Almeida  
IFG - Câmpus Jataí

  
Profª. Ma. Luciana Bigolin Martini  
IFG - Câmpus Jataí

Jataí, 09 de fevereiro de 2018

À minha família, aos meus amados mestres da vida, meus pais o Sr. Joviniano (Jô) e a Sra. Noemia, que juntos são a base da minha vida, do meu futuro. À minha querida irmã Dandára que está sempre ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus Pai todo poderoso que me deu força para chegar aqui, não em meu tempo, mas sim em Seu tempo, no tempo certo.

À minha família e meus familiares. A melhor família, a que Deus me deu e sempre esteve, está e estará ao meu lado hoje, amanhã e sempre e eu ao lado deles.

Aos meus amados e queridos pais o Sr. Joviniano (Jô) e a Sra. Noemia. Sem eles não sou nada, eles são a minha base e meu alicerce me mostrando que todo sonho é possível basta colocá-lo em ação e ter força, foco e fé. Estes dois que sempre estiveram a me incentivar a seguir o caminho dos sonhos, dos estudos, pois o conhecimento do saber é que constrói o homem sábio e “ninguém no universo tirara esta sabedoria de ti”. Assim, me tornando uma pessoa mais flexível, tolerante, compreensível e crítica com o passar do tempo.

À minha avó e aos meus tios(as). À minha querida irmã Dandára que ao seu lado aprendemos um com o outro e aos demais irmãos(as), primos(as). O meu muito obrigado por cada dia de força dada em sinal de apoio.

Aos meus professores e profissionais do Instituto Federal de Goiás e à todos os demais professores que lecionaram em minha vida diretamente ou indiretamente, me fortalecendo para os dias de hoje.

Ao professor Felipe Maciel, que deu início e fortalecimento para eu investir no tema deste trabalho e iniciou-me na orientação. Ao professor Rodrigo Claudino que sempre proporcionou soluções em momentos adversos. E aos professores(as), interno e externos do IFG que sempre tiraram dúvidas no curso, ajudando-me nos momentos mais críticos em que estava, alguns destes até de madrugada respondiam minhas agonias.

Aos meus amigos(as) e profissionais que trabalham e lecionam comigo, estes que foram construídos antes, durante e após a universidade, na qual permanecemos com um elo de amizades verdadeira e contribuíram com este sonho, o meu muito obrigado.

Em especial a minha orientadora a Profa. Dra. Luciene Lima de Assis Pires, que esteve sempre presente ao meu lado desde o primeiro dia de aula até o último dia deste projeto, me fortalecendo, ajudando, ensinando e tendo muitas paciências com esta pessoinha que aqui sou eu, onde que daqui sai um respeito mútuo e uma admiração e amizade eterna.

Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.  
(ALBERT EINSTEIN)

## RESUMO

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada nas escolas rurais de Jataí-GO que contém extensões do Estado e entre os professores do ensino médio no ensino de Ciências da Natureza que ali lecionam, com o principal objetivo de analisar a proposta pedagógica para o ensino de Ciências da Natureza, nas escolas rurais no município de Jataí-GO verificando se estão em consonância com as diretrizes legais definidas para estas escolas. Partindo do ponto em que se configura a proposta pedagógica para o ensino de Ciências da Natureza para as escolas rurais em Jataí-GO indagou-se: ela está de acordo com as diretrizes legais definidas para estas escolas? Deste modo realizou-se uma pesquisa qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica e documental. A partir dos resultados finais adquiridos, levantamos ideias a serem analisadas e inseridas por meio de projetos com finalidade de capacitar o profissional da escola rural. Verificou-se que a proposta pedagógica para as escolas rurais não se adequa à realidade.

**Palavras-chave:** Educação Rural. Ensino de Ciências da Natureza. Ensino Médio.



## **ABSTRAT**

This schoolwork results from a research carried out in the rural schools in Jataí-GO that contains extensions in state and between the high school's teachers in the teaching of Nature Sciences that they teach. With the main objective of analyzing the pedagogical proposal for the teaching of Natural Sciences, in the rural schools in the town of Jataí-GO verifying if they are in line with the legal guidelines defined for these schools. Starting from the point where the pedagogical proposal for the teaching of Natural Sciences for the rural schools in Jataí-GO is configured, is it in accordance with the legal guidelines defined for these schools? In this way a qualitative research was carried out through a bibliographical and documentary review. From the final results acquired, we raised ideas to be analyzed and inserted through projects designed at empowering the rural school professional. It was verified that the pedagogical proposal for the rural schools are not adapted to the reality.

Keywords: Rural Education. Teaching of Natural Sciences. High School.

## LISTA DE TABELAS

|                 |                                                         |    |
|-----------------|---------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> | Escolas Rurais em Jataí-GO, em 2017 .....               | 56 |
| <b>Tabela 2</b> | Docentes que atuam nas escolas Rurais de Jataí -GO..... | 57 |

## LISTA DE QUADROS

|                                            |           |
|--------------------------------------------|-----------|
| <b>Quadro 1 - Aula de Biologia.....</b>    | <b>59</b> |
| <b>Quadro 2 - Aula de Matemática .....</b> | <b>61</b> |
| <b>Quadro 3 - Aula de Física 1 .....</b>   | <b>61</b> |
| <b>Quadro 4 - Aula de Física 2 .....</b>   | <b>62</b> |
| <b>Quadro 5 - Aula de Física 2 .....</b>   | <b>63</b> |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                                                        |
|----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Cecad    | Coordenação Geral de Educação do campo/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade |
| CEB      | Câmera de Educação Básica                                                                              |
| CF       | Constituição Federal                                                                                   |
| CGEC     | Coordenação Geral da Educação do campo                                                                 |
| CNB      | Conferência Nacional dos Bispos                                                                        |
| CNE      | Campanha Nacional de Educação                                                                          |
| Contag   | Confederação dos Trabalhadores na Agricultura                                                          |
| EJA      | Educação de Jovens e Adultos                                                                           |
| ENERA    | Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária                                                     |
| FAE      | Faculdade de Educação                                                                                  |
| GPTE     | Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo                                                      |
| HD       | Disco Rígido – Hardware                                                                                |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                        |
| Incra    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                                                    |
| LDB      | Lei de Diretrizes e Bases da Educação                                                                  |
| MEC      | Ministério da Educação                                                                                 |
| MST      | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                                                           |
| PIB      | Produto Interno Bruto                                                                                  |
| PPP      | Programa Político Pedagógico                                                                           |
| Pronera  | Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária                                                       |
| Procampo | Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do campo                             |
| PUC      | Pontifícia Universidade Católica                                                                       |
| Secad    | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade                                         |
| SEE      | Secretaria Estadual de Educação                                                                        |
| SEE/GO   | Secretaria de Educação do Estado de Goiás                                                              |
| SME      | Secretaria Municipal de Educação                                                                       |
| SER      | Subsecretaria Regional de Educação                                                                     |
| SI       | Sistema Internacional de Unidades de Medida                                                            |
| SIAP     | Sistema Administrativo e Pedagógico                                                                    |
| SREJ     | Subsecretaria Regional de Educação de Jataí                                                            |

|        |                                                         |
|--------|---------------------------------------------------------|
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste         |
| UFMG   | Universidade Federal de Minas Gerais                    |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos                      |
| Unesco | Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura |
| Unicef | Fundo das Nações Unidas para a Infância                 |

## SÚMARIO

|                                                                                                                      |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                     | 14 |
| 1 ESCOLAS RURAIS NO BRASIL .....                                                                                     | 21 |
| 1.1 Educação rural e salas multisseriadas: o Programa Escola Ativa .....                                             | 21 |
| 1.2 Na luta pela terra a conquista do conhecimento .....                                                             | 26 |
| 1.3 Da educação rural à educação do campo: um caminho em construção ....                                             | 32 |
| 2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO .....                                                                | 38 |
| 2.1 Políticas educacionais para a educação do campo: perspectivas curriculares em debate .....                       | 38 |
| 2.2 Escolaridade das classes populares do campo: possibilidades em uma comunidade assentada da reforma agrária ..... | 45 |
| 3 A REALIDADE DAS ESCOLAS RURAIS EM JATAÍ: O EFETIVADO                                                               | 48 |
| 3.1 A permanência do professor em escolas rurais .....                                                               | 48 |
| 3.2 Os cursos de Licenciatura em Educação do campo: possibilidades de uma educação no campo e para o campo .....     | 52 |
| 3.3 O ensino de Ciências da Natureza efetivado nas extensões rurais em Jataí .....                                   | 55 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                           | 67 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                    | 70 |

## INTRODUÇÃO

Recorrendo à concepção do ensino de Ciências da Natureza no Brasil desde a sua origem na educação brasileira, percebe-se que à medida que o tempo passa o ensino da mesma ganha um espaço maior na educação por meios de políticas pedagógicas adotadas pelo governo federal nas áreas das ciências da natureza, esta que contempla o ensino de Ciências na educação básica: o ensino de Biologia, Física e Química no ensino médio da educação básica brasileira.

O Sudoeste Goiano é um dos maiores polos da economia nacional, graças a sua força na agropecuária. A cidade de Jataí-GO, situada no Sudoeste Goiano, além da agropecuária, possui uma força imensa na indústria, fazendo com que a mesma seja conhecida como um dos polos das capitais da “agroindústria, agropecuária e agronegócios”. Desta forma, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Jataí possui uma população de 98.128 habitantes em seu território segundo o Censo de 2017, tendo um Produto Interno Bruto (PIB), per capita de R\$ 40.023,17, isso em 2015. Colocando a cidade como a 24ª colocada no PIB no estado de Goiás, em 456º lugar perante o país e em 6º lugar na microrregião. Jataí é o maior produtor de soja do país. Fazendo uma análise, desse fato predominante na Região Sudoeste, consta com uma população rural segundo o Censo de 2010 de 7.004, mostrando um grande número populacional que habita no campo. Consequentemente, o número de estudantes nas escolas rurais tende a aumentar. No entanto indagamos: pode-se observar um novo conceito na educação básica, no que se refere ao ensino de crianças e jovens no meio rural?

Como dissemos a região, apresenta uma vasta produção que impulsiona o desenvolvimento sócio econômico, social, cultural, histórico, mas é preciso compreender de forma como a educação seja uma das principais atividades a ser aprimorada e exercida com qualidade, pois é essa que desenvolverá ainda mais a região, seja pelo comércio, pela indústria, pela agropecuária. Acredita-se que a educação tem papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade rural.

Entende-se que o meio em que nós vivemos é o meio que certamente proporciona nossa sobrevivência e nos conduz para o conhecimento em busca de habilidades específicas que, junto ao conhecimento adquirido por meio do ensino, norteará e conduzirá o sujeito à sua capacitação profissional e pessoal.

Nessa compreensão, desenvolveremos uma pesquisa qualitativa e, para darmos uma ênfase maior e melhor no estudo, delimitaremos a região do Sudoeste Goiano, mais especificamente o município de Jataí-GO.

Segundo Almeida (2014, p. 15-16)

As escolas rurais jataienses são todas municipais. A oferta do ensino médio, responsabilidade do Estado, nessas escolas, ocorre por meio de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Estadual de Educação (SEE), denominada gestão compartilhada. Nessa parceria, o Município responde pela oferta da educação infantil e da primeira fase do ensino fundamental e o Estado responde pela oferta da segunda fase do ensino fundamental e do ensino médio. A oferta dos três níveis de ensino que compõem a educação básica, nas escolas rurais, ocorre no mesmo turno. No entanto, os níveis de ensino, responsabilidade do Município, funcionam sob a gestão municipal das escolas rurais, enquanto que os demais níveis, responsabilidade do Estado, funcionam sob a gestão de um colégio estadual citadino, em forma de extensão, sendo que cada extensão possui uma coordenadora pedagógica.

Esta realidade nos leva a indagar sobre como se estrutura a proposta pedagógica para estas escolas: seguem diretrizes municipais? Seguem diretrizes estaduais? As propostas pedagógicas atendem as exigências legais definidas pelo Ministério da Educação (MEC)?

Para fundamentar os motivos que levam a este estudo, eu reporto-me até o início de minha vida, desde a saída de um ensino urbano da capital de Goiás – Goiânia junto aos meus pais a quem devo tudo – hoje e sempre –, partindo para o interior do Estado a 275 Km de distância fomos para o meio rural, para um assentamento de reforma agrária no município de Rio Verde- GO, no qual pude vivenciar o início de dois contextos de ensinos, um denominado de ensino urbano e outro de ensino rural. Neste momento nunca havia ouvido falar em ensino rural, muito menos ensino do campo para mim, e para muitos o ensino era um só, porém não é bem assim e nem como eu imaginava.

Percebe-se que há uma diferenciação há muito tempo quando se fala em ensino rural, porém ainda é pouco debatido. No qual eu sou aluno oriundo de uma escola rural. Ao me aproximar do meio rural, vivenciando os diferentes tipos de ensino, tanto o ensino rural quanto ao ensino do campo, este que eu não sabia ainda a sua diferenciação, fiquei surpreso pela estrutura daquela pequenina escola do meio rural bem diferente de grandes estruturas de metal vista e desfrutada nos centros urbanos. Porém por se tratar de um prédio adaptado da sede de uma fazenda e hoje assentamento, era uma estrutura que atendia aos alunos oriundos daquele local, no qual ao passar dos anos pela demanda de um investimento do “agro” na região os alunos oriundos dos filhos de assentados foram deixando de serem somente aqueles meros espectadores e dando espaços aos novos alunos filhos de empregados das grandes e



pequenas fazendas, granjas, sítios e assim fortalecendo o elo de ensino rural mais forte entre a comunidade escolar e atizando a política do município sobre um novo olhar para as escolas rurais do município de Rio Verde, de modo que este futuramente viesse a projetar e realizar a construção de uma nova instalação para uma escola polo<sup>1</sup> naquela região. Esta que até então oferecia somente até o ensino fundamental II e após a inauguração daquela escola querida e inesquecível Escola Municipal do Ensino Fundamental Vale do Rio Doce, com parceria entre município e Estado passou a ofertar a educação básica completa (da educação infantil ao ensino médio). Assim, pude me dedicar melhor aos estudos, pois não precisava percorrer uma longa distância nas rotas que o ônibus fazia para nos levar às escolas de ensino médio em Rio Verde no Colégio Estadual Martins Borges, – a esta escola eu também agradeço, pois foi fundamental na minha formação, lá cursei o 1º e 2º anos do ensino médio.

Segundo Almeida (2014), o aprendizado do aluno é maior quando ele está no meio de sua comunidade, perto de casa, sem nada para tirá-lo de sua atenção e sem *stress*, além dele não correr o risco de parar de estudar devido ao longo trajeto até o centro de ensino na cidade. Quando se fala sobre uma educação que não é tipicamente urbana, entende-se que é uma educação voltada para o meio rural. Porém, o que não se sabe é que esta mesma educação voltada ao meio rural, ela é dividida em duas vertentes do ensino: “ensino rural” e “educação do campo”. Há uma grande diferença entre elas, na qual a sociedade não sabe distingui-las sem estudo aprofundado, de modo que algumas instituições voltadas para este meio, na maioria das vezes, não fornecem o devido ensino como de fato ele é defendido em lei. Isso pode ser percebido ao longo do trabalho, no qual foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas e documentais.

O ensino rural segundo Antunes-Rocha (2014), nada mais que uma reprodução do ensino urbano, transferida e inserida ao meio rural. A educação do campo segundo Almeida (2014), é a manifestação social voltada para a equiparação do bem estar do homem com a natureza. De forma a incorporar várias dimensões – política, social, cultural – entretanto sem deixar de fora a sua própria dimensão pedagógica.

Nessa linha, segundo Chamon (2016, p. 185):

É uma construção de uma Educação do campo contraposta à educação rural e avança na discussão de algumas de suas dimensões: epistemológica, sociológica e formativa. Transversal a essas dimensões e fundamento para elas é a perspectiva dos povos do campo como sujeitos – pedagógicos, históricos, políticos, enfim, sujeitos produtores de existência e conhecimento por meio do trabalho.

---

<sup>1</sup> Escola Polo caracteriza-se por uma construção específica para abrigar uma unidade escolar em espaços rurais com a unificação de mais de uma unidade menor.

Considera-se assim como educação do campo aquela originária dos movimentos sociais do campo e voltada para os povos do campo. Os métodos pedagógicos da escola do campo, tem como norteamento a classe, a autogestão da escola campo onde está empregada, tendo como forma de condição o ensino com o trabalho produtivo daquela comunidade social e o estudante-trabalhador. Assim, a escola do campo é extremamente voltada às classes sociais do campo, como por exemplo, o início da fundação da escola que frequentei os anos iniciais no município de Rio Verde onde estudei da 3ª série do ensino fundamental à 8ª série e o meu 3º ano do ensino médio, a qual é localizada em um assentamento de reforma agrária. Comunidades indígenas e calungas<sup>2</sup> que possuem escolas voltadas somente para aquele público podem ser também exemplos de escolas do campo, onde há todo o contexto cultural, histórico, político e social maior que as demais e tem por obrigação manter estes aspectos vivos nas mentes de sua comunidade.

Da mesma forma observamos os métodos pedagógicos a serem adotados em uma escola rural, na qual é inversamente oposta da escola do campo, pois a sua comunidade é tipicamente diferente da mesma. De modo que a escola rural é a representação de uma educação urbana inserida no meio rural sem adaptação alguma, sem um olhar sobre a comunidade ali em questão. Bem diferente da análise considerada pelos teóricos, sobre escola do campo, no qual é originária dos movimentos sociais e atende a comunidade das classes sociais, o ensino rural é basicamente idêntico. As pequenas escolas rurais que surgiram, na qual os professores eram moradores da região e a família toda trabalhava na instituição, as escolas eram ofertadas em casas dos próprios professores e assim seguiam. Aos poucos isso foi mudando e criando um novo conceito. Segundo Almeida (2014)

A análise da escola rural nos remete à história do campo que, no Brasil, constitui-se em um processo histórico permeado por lutas contra o cativo e o latifúndio. Considerando que a escola rural brasileira constitui-se historicamente neste contexto, faz-se necessário compreendê-lo, a fim de identificar suas implicações no processo de estruturação não só das escolas rurais brasileiras, mas da educação ofertada à população do meio rural (p. 67).

O homem é um ser biológico-natural. Por outro lado, ele é também um ser criativo, histórico e social, capaz de criar, ter iniciativas e de se relacionar com o outro em diversas ocasiões e localidades, onde ele se transforma e inova buscando soluções, resolvendo

---

<sup>2</sup> Comunidades Calungas são as comunidades, geralmente rurais originárias das populações descendentes de escravos.

problemas e assim solucionando desafios postos a ele. Na medida em que são produzidos os saberes, e repassados, ele absorve e pratica da melhor forma. O ensino rural hoje em dia projetado para este homem deveria levar em conta a sua realidade e ofertar um ensino de qualidade voltado para aquele determinado público alvo daquela região, onde o conhecimento adquirido lhe proporcionaria vantagens e capacidades para aperfeiçoar as suas técnicas de trabalho, manejo e convivência naquele meio, além de saber sobre os demais meios.

No entanto não é o que ocorre nas escolas rurais em Jataí-GO: as escolas não são originárias de movimentos sociais e não atendem à realidade das comunidades locais, por esta razão optou-se, neste estudo para usar a denominação “escola rural” e não “escola do campo” como previsto na legislação federal (CF/1988).

O ensino rural segundo Almeida (2014) remete à história do campo desde as lutas contra o cativo e o latifúndio desde o Brasil Colonial. Porém, as mudanças são enormes e conforme Pessoa (2007), após a Revolução Industrial muita coisa mudou inclusive no campo, onde a mão de obra passou a ser mecanizada e houve necessidade de se ter um conhecimento maior para operá-la, de forma que o ensino rural deveria oferecer a estas comunidades as especificidades de ensino voltadas para este meio.

Mediante esta concepção, retorno em outro momento em que me levou a iniciar esta proposta de realizar uma pesquisa sobre o ensino de ciências no meio rural, visto ser neste meio a minha primeira experiência como docente. No qual eu pude ter o privilégio de iniciar a docência em uma escola conforme foi a minha origem também como discente, uma escola rural, essa situada no município de Jataí-GO, na região conhecida como Bom Jardim, será aqui denominada como Escola Municipal Rural. Essa experiência é única e conforme disse Almeida (2014), o ensino é mais enfatizado e transposto com uma metodologia diferenciada para aqueles alunos oriundos daquela região comunitária, quando o docente (professor) está vinculado às origens daquela unidade, daquele estilo de convivência. De modo, que a minha cultura vivenciada em escola rural e urbana pode me auxiliar nesta concepção de como lidar com os alunos, analisando qual a metodologia de ensino adotada nas escolas rurais. Na maioria das vezes não é somente uma especificidade das escolas rurais, mas sim em um amplo contexto em nosso território nacional, no qual o ensino urbano é ofertado de uma forma geral a todos os meios inclusive o rural, onde o que os separam são a localização e não as metodologias ofertadas.

Compreender essa relação nos leva a entender a concepção das escolas rurais, o que me instigou para este estudo que teve como objetivo geral analisar a proposta pedagógica para

o ensino de Ciências da Natureza, nas escolas rurais no município de Jataí-GO verificando se estão em consonância com as diretrizes legais definidas para estas escolas.

Dessa forma definiu-se como objetivos específicos: levantamento sobre a base legal para as escolas rurais no Brasil; buscar na Secretaria de Educação (municipal e estadual) dados sobre as propostas pedagógicas para as escolas rurais, dados sobre qualificação dos professores que atuam com Ciências da Natureza; verificar a formação dos professores que atuam em Ciências da Natureza, descrevendo os seus currículos e a área de atuação de cada um; verificar, nos Planos de Curso, as metodologias adotadas pelos professores nas disciplinas pesquisadas analisando se os planejamentos e as práticas estão voltadas para a educação rural.

A pesquisa foi abordada de forma qualitativa de natureza dialética por meio de uma revisão bibliográfica e documental. A partir dos resultados finais adquiridos, levantamos ideias a serem analisadas e inseridas por meio de projetos futuros a serem elaborados e construídos com finalidade de capacitar o profissional da escola no âmbito rural. Visto se tratar de pesquisa comparativa sobre o proposto pela legislação e o efetivado nas escolas.

Analisou-se a legislação e a proposta metodológica, adotada pelos professores das escolas rurais. O levantamento inicial foi realizado nas secretarias de educação (estadual e municipal) e o aprofundamento para verificação de como se efetiva o proposto nos documentos legais foi realizado em uma escola rural. Escolheu-se como local para a pesquisa uma escola rural municipal que oferta o ensino médio em forma conveniada com a rede estadual de ensino, tendo como motivo, a atuação do pesquisador nesta escola o que possibilitou verificar mais detalhadamente se a mesma oferta em sua metodologia pedagógica as especificidades de uma escola rural conforme rege a LDB.

A pesquisa teve característica exploratória, na qual segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 61), discorre sobre uma pesquisa que:

não requer a formulação de hipóteses para serem testadas, ela se restringe por definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo, portanto ela seria um passo inicial para o projeto de pesquisa. A pesquisa exploratória é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado.

Os instrumentos de pesquisa utilizados no decorrer da investigação foram: estudo bibliográfico da produção sobre a temática; pesquisa documental, tendo como referência a formação e transposição didática do saber do professor de ciências, no âmbito rural, bem como dados estatísticos disponibilizados por sites oficiais e pela Secretaria Municipal de

Educação (SME) e Subsecretaria de Educação Estadual. Definiu-se como recorte temporal o ano de 2017 e como nível de ensino a ser pesquisado o ensino médio e as disciplinas de Física, de Química e de Biologia.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida e fundamentada em materiais já elaborados, constituídos principalmente por meio de livros e artigos científicos. Onde os livros constituem as fontes bibliográficas por sua excelência e relevância a diversos gêneros literários ali contidos.

Gil (2002), reforça ainda sobre a pesquisa documental,

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinados assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

Os resultados da pesquisa são aqui apresentados em três capítulos. O primeiro capítulo traz uma revisão teórica sobre as escolas rurais no Brasil. No segundo capítulo apresentam-se as perspectivas curriculares para o ensino de Ciências da Natureza e no terceiro capítulo apresenta-se a análise realizada tendo como parâmetro o município de Jataí.

## 1 ESCOLAS RURAIS NO BRASIL

Observando a década de 1930, onde iniciou-se um período de transformação em nosso país, devido a chegada da Carta Constitucional, cresceu a demanda sobre as escolas públicas e também as suas inovações trazidas pelos escolanovistas<sup>3</sup>. Com isso, criou-se o Ministério da Educação e da Saúde Pública, levando assim uma maior preocupação com a educação básica no Brasil, e um novo olhar trazido pelos escolanovistas era debatido, de forma que esta nova educação abrangesse vários públicos.

Em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 4.024/1961, nela previu-se que todos os níveis de ensino devem ser respeitados em todo território brasileiro. Esta Lei também estruturou o ensino no Brasil definindo o ensino primário, o ensino ginasial e o ensino técnico denominado de colegial com duração de três anos. A mesma focava não somente no ensino urbano, tendo grande preocupação desde já respeito sobre a promoção da educação rural, prevendo em suas entre linhas textuais a instituições de escolas rurais ou o suporte a essas instituições. Essas que mantivessem as mesmas em atividade capazes de favorecer a adaptação do homem por meio da educação aos meios ali estimulados, de forma que pudesse conter o êxodo rural.

Desta forma podemos confirmar esta afirmação, no art. 105, onde previu-se que: “Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades, que mantenham na zona rural escolas ou centros de educação, capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações e atividades profissionais” (BRASIL, 1961). Considera-se assim o ano de 1961 um marco para se pensar a realidade de um ensino voltado para as populações no meio rural.

### 1.1 Educação rural e salas multisseriadas: o Programa Escola Ativa

O MEC definiu em 2010 um Programa voltado para as escolas rurais denominado Escola Ativa que tem como objetivo: “melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores” (BRASIL, 2018).

---

<sup>3</sup> Sobre Escola Nova ver Dewey (1978).

Fazendo uma reflexão sobre como é o programa escola ativa na educação rural, nos deparamos com Bezerra Neto e Bezerra (2011), eles afirmam que a problemática no Brasil vem sendo debatida nas últimas décadas com uma intensidade bastante maior que antes. É debatida por meio da população que residem nos espaços rurais, profissionais que trabalham na área, políticos, educadores das universidades, movimentos sociais como, por exemplo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes movimentos são intitulados por “Por uma Educação do campo”.

Este movimento tem como objetivo a luta pela terra e principalmente por uma educação de qualidade voltada para o meio rural, sem fugir de suas origens e suas lutas. As ações deste movimento têm conseguido atrair avanços na área das políticas públicas para a educação do campo, colocando seus povos do campo entre uns dos primeiros da pauta nos debates do poder público no Brasil, haja vista que para muitos as comunidades rurais nem eram lembradas, ainda mais no que se dizia tratar de educação.

Segundo Kolling et. al (1999) *apud* Bezerra Neto e Bezerra (2011, p. 102),

Os defensores da educação do campo, normalmente, consideram que a população rural foi historicamente excluída do acesso às políticas educacionais adequadas a sua realidade e, a partir da década de 1980, uma parcela da sociedade civil passou a se articular em torno dessa demanda.

Segundo esses autores o movimento “Por uma Educação do campo”, teve origem no início dos anos 1990, ganhando estrutura em 1997, quando ocorreu, em meados de julho, em Brasília o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, na qual defendiam “uma escola diferente”.

Este projeto teve resultado positivo, por meio dos movimentos sociais, e levou alguns representantes do United Nations Children's Fund (Unicef)<sup>4</sup> a desafiar os participantes para que pensassem em uma alternativa de uma educação a partir do meio rural na qual algumas particularidades do campo estivesse presentes: tempo, espaço, meio ambiente, modo de viver e se organizar. De acordo com Kolling; Neri; Molina (1999, p. 14), *apud* Bezerra Neto e Bezerra (2011), a partir desse resultado e por meio do desafio oferecido pode ser criado o Programa de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que chegou a ser uma das maiores conquistas do setor. Com a criação do Pronea houve também a criação de vários cursos destinados ao campo e à população do campo buscando amenizar as dificuldades encontradas por esse povo no que se refere à educação.

---

<sup>4</sup> Sigla para Fundo das Nações Unidas para a Infância, é uma agência das Nações Unidas.

Baseado nos dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2009), Bezerra Neto e Bezerra (2011, p. 103), afirmam que

Em 2006 cerca de 39% dos produtores agropecuários eram analfabetos ou foram alfabetizados, porém não haviam frequentado a escola e 43% deles tinham o Ensino Fundamental incompleto. Esses percentuais correspondiam à cerca de 80% dos produtores rurais brasileiros, o que indicava o baixo nível de escolaridade desses trabalhadores. Do total de produtores rurais, 8% apresentavam Ensino Fundamental completo, 7% haviam cursado o Ensino Médio ou Técnico e somente 3% possuíam nível superior.

Verificando estes dados percebe-se que a população do campo dos produtores e trabalhadores rurais estava no caos, em um nível muito alto de analfabetismo ou com pelo menos séries iniciais. O Pronera então chegou para revolucionar e mudar este índice.

Em uma das conferências do Pronera debateu-se alguns conceitos entre eles os de “Campo” e “Rural”. Quando falamos de campo, estamos dando uma ideia de que são moradores que vivem no campo, mas de uma classe inferior, onde se encontra camponeses, empregados, assentados, sitiantes. Ao se mencionar Rural, damos a ideia que é ao contrário, estamos nos referindo ao alto clero do campo, que são os fazendeiros, patrões. Desta forma podemos distinguir dois conceitos que muitos não dão conta de apreciar e separar a diferença de Educação do campo e educação rural, conforme salientado a Introdução deste trabalho. Desde modo podemos verificar em Arroyo; Caldart; Molina, (1998, p. 161 e 162), *apud* Bezerra Neto e Bezerra (2011), as suas definições,

A Educação do campo tem um compromisso com a vida, com a luta e com o movimento social que está buscando construir um espaço onde possamos viver com dignidade. A Escola, ao assumir a caminhada do povo do campo, ajuda a interpretar os processos educativos que acontecem fora dela e contribui para a inserção de educadoras/educadores e educandas/educandos na transformação da sociedade.

A Educação do campo precisa resgatar os valores do povo que se contrapõem ao individualismo, ao consumismo e demais contra valores que degradam a sociedade em que vivemos. A Escola é um dos espaços para antecipar, pela vivência e pela correção fraterna, as relações humanas que cultivem a cooperação, a solidariedade, o sentido de justiça e o zelo pela natureza.

Nas décadas de 1930 e de 1940 o debate empreendido sobre estas questões denominou os seus autores como “ruralistas pedagógicos”. Posteriormente, estas ideias caíram novamente no esquecimento e somente a partir da década de 90 com os movimentos sociais à tona, a educação rural e do campo voltou as suas origens de lutas no âmbito nacional e político.



Para Bezerra Neto e Bezerra (2011), a formação de educadores para o campo com uma formação específica deve ser realizada por meio de políticas públicas em que os movimentos sociais possam participar em sua elaboração.

E em decorrência da atuação de alguns movimentos sociais, dentre eles a Via Campesina e o MST, tem ocorrido a defesa de uma educação específica para o campo. (BEZERRA NETO e BEZERRA, 2011, p. 105)

Ao pararmos e observarmos tudo o que foi proposto e tratado nestas conferências, observamos o início de uma série de reflexão sobre qual a importância da educação voltada para o homem do campo. Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011), debate-se se há ou não a necessidade de uma educação específica voltada para estas duas vertentes citadas, dado que o índice de analfabetismo no campo é bastante elevado.

Um dos pontos chaves que leva a este questionamento é se de fato com a situação da escolaridade no campo, o índice de moradores vai permanecer o mesmo ou diminuir, haja vista que estamos em uma época que o desenvolvimento está a todo vapor e novas tecnologias estão sendo ultrapassadas antes mesmo de saírem das lojas. Torna-se necessário analisar se desta forma o camponês irá dar conta de operar uma máquina no campo que requer altas tecnologias se eles não dão conta de manuseá-las. Esta e outras problemáticas abordadas, vindas de cabeças de pesquisadores educacionais encheram debates e seminários Brasil.

Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011, p. 106),

Do ponto de vista da educação, tanto a organização escolar quanto as propostas pedagógicas se enquadram nos perfis de tais correntes filosóficas, aproximando a educação do campo dos pressupostos da pós-modernidade. Nesse sentido, estão ligadas a propostas de educação que supervalorizam a prática e o cotidiano, derivadas da concepção de que é pela cultura que se formam os indivíduos.

Para os autores, pode-se afirmar que os desafios de uma educação do campo, ao aderirem ao imaginário idealista, precisa ser derivado

de tradições de caráter fenomênico-existencialistas, expressam, em suas concepções, vertentes do pós modernismo, estruturadas em torno do pós-estruturalismo, do neopragmatismo e do neweberianismo, que reverberam no construtivismo etc (BEZERRA NETO e BEZERRA, 2011 p. 106).

Uma atenção que devemos ter, ao se pensar, comentar, debater sobre educação rural, é não colocar outros debates em primeiro plano e deixar a própria para “escanteio”, em segundo plano, sobre os conhecimentos socialmente acumulados e deixar de considerar a teoria como peça imprescindível da formação do concreto pensado, supervalorizando a prática

tomada em seu aspecto fenomênico, individual e utilitarista, com a missão de não deixar que se caia em um habitual exacerbado, que se chegue, ainda mais, das tendências pós-modernas como afirma o autor.

De acordo com Oliveira (2008), *apud* Bezerra Neto e Bezerra (2011), ao se negar certas possibilidades do conhecimento objetivo cai no culturalismo subjetivista, da mesma forma que negando a realidade e estruturando – a totalidade - e defendendo a singularidade, cai-se nos particularismos.

Para o movimento “Por uma Educação do campo”, a pedagogia conceituada, como ideal é aquela derivada da pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, cuja base é o existencialismo cristão na qual o indivíduo só aprende com o seu próprio desenvolvimento, tentando, errando e acertando. Nesta questão, observa que não somente os alunos, mas também os professores podem aprender com o dia a dia e em ambas as particularidades.

Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011, p. 111),

Como a realidade é contraditória, histórica e dialética, não se tratando, apenas, de uma questão de escolhas de um cientista e/ou de um filósofo, precisamos de um método para entendê-la. Acreditamos que o materialismo-histórico nos permite entender a realidade em sua totalidade e complexidade, na sua materialidade histórica e dialética.

Observando a questão das escolas multisseriadas unidocentes do campo, proposta metodológica do Programa Escola Ativa não foi somente uma ideia do movimento social, mas também de políticas públicas. Estas que defendem que não pode haver uma escola contida no meio rural, mas com ideologias urbanas. Há de se criar metodologias para atender cada conteúdo da matriz curricular do aluno voltadas para o ensino de temas rurais, na perspectiva de que o aluno possa apreender e desenvolver em casa, no serviço aquilo no qual aprendeu. Para isso é necessário também que haja alto investimento na educação. Desde, a infraestrutura de ponta com materiais didáticos, salas de aula, informática, laboratórios, bibliotecas, internet, quadra poliesportiva e entre outros meios que estarão voltados ao campo.

Desta forma, pode-se perceber interesses políticos e de grandes empresas de capital de giro (multinacionais), com este pensamento, no sentido de querer capacitar o aluno, para que ele não tenha que sair da escola e procurar um ensino urbano de modo que seus pais deixem o campo em busca da cidade para suprir as necessidades dos filhos e venha a deixá-los “na mão”. Tendo em vista que capacitar um novo funcionário de fora para dentro de sua empresa, fazenda que não conhece o sistema gera maior custo de mão de obra entre outros fatores. Desta forma, capacitando os filhos, futuramente eles irão assumir as cadeiras

trabalhistas de seus pais, porém mais capacitados e gerando ainda mais lucro para os grandes fazendeiros e conseqüentemente para os grandes empresários. Com isso, o poder político do Brasil só tem a comemorar, a economia aumenta, a qualidade da mão de obra também e o nível de escolarização também aumenta, deixando de lado a preocupação sobre o analfabetismo rural de anos atrás no século passado.

Olhando outra vertente, para o ensino do campo, o poder político também ganhará coro, ofertando aos filhos de assentados com uma boa educação, dando para eles as mesmas qualidades de ensino urbano e não deixando de lado a característica rural, na qual seus pais obtiveram sucessos por meio de lutas. Sendo assim, os mesmos não abandonarão futuramente o campo em busca da cidade e darão continuidade com amor, força e excelente preparo em suas pequenas propriedades, sendo futuramente parceiros do governo federal em programas voltados ao pequeno agricultor, melhorando a renda familiar, economia do país e elevando o índice de populismo do governo.

Segundo Bezerra Neto e Bezerra (2011, p. 112),

Até aqui temos mostrado o comprometimento que a concepção idealista e suas vertentes trazem para o entendimento do papel da escola nas propostas de educação do campo, porém, a névoa pós-moderna não ofusca apenas o entendimento da educação e os seus efeitos, mas também o entendimento de sua relação com a sociedade e suas instituições.

Ao defender uma luta por uma educação diferente na qual a sociedade está acostumada, como no caso assumindo uma educação específica para o campo, o movimento assume outras ideologias, como por exemplo, a defesa do multiculturalismo e a apologia das diferenças socioculturais, assim disseminando a ideologia de que na nossa sociedade não há diferenças de classes e sim apenas diferenças culturais e sociais. Desta forma, retardando o processo de luta revolucionária, visto que os conflitos de interesses são apenas camuflados por uma política capitalista em ambos os lados.

## **1.2 Na luta pela terra a conquista do conhecimento**

Desde o princípio dos tempos da educação no Brasil nos deparamos com as diversas classes sociais e os seus envolvimento na educação. Na segunda década do século XXI isso não é diferente, tanto em escolas públicas como em escolas privadas, seja no âmbito da educação rural ou urbana.

Segundo Bezerra Neto (2013), umas das causas que mais traz problemas é a falta de vagas para a população estudar em âmbito das escolas públicas em gerais, porém quando a população consegue uma vaga, as escolas estão em situação precária. Para o autor, no meio rural muitas vezes isto acontece porque mesmo em locais mais carentes, não é privilegiada como em instituições de classes mais elevadas. Muitas vezes quando se tem uma proposta de educação melhor a base de escolaridade é mínima, algumas escolas ofertam só os anos iniciais do ensino fundamental, ou o ensino fundamental do 6º ao 9ºano, ou só o ensino médio.

A população do campo tem um sistema mais precário ainda do que a população urbana ou de pequenos povoados. Os prédios estão em situações críticas, e quando faz manutenção muitas vezes quem executa são fazendeiros e a população que faz, os professores muitas vezes se voluntariam para ministrarem aulas e os mesmos nem sempre têm uma graduação. Com isso vemos que há nos cursos superiores menos alunos originários das escolas rurais, pois o tempo de estudo era pouco e as vagas para ingressar também (BEZERRA NETO, 2013).

Para este autor foi basicamente por isso começou o debate sobre a criação de um curso voltado para alunos oriundos das comunidades rurais denominado “Pedagogia da Terra”, voltado para as escolas rurais compostas por filhos de assentados da reforma agrária. Ao se examinar isso, a educação futura poderá trazer melhores resultados. E a vida acadêmica poderá andar lado a lado com a vida do campo.

Como mostra Arroyo (1982) *apud* Bezerra Neto (2013), a relação entre a faculdade e os movimentos trabalhistas busca saber a real função da faculdade e da escola. Verifica-se que a escola rural tem dois papéis a serem cumpridos: primeiro é tirar o “atraso” do homem do campo e modernizá-lo; segundo treiná-lo para ser mais eficiente no trabalho e na produção. Já a faculdade sempre esteve junto à política, porém excluindo a classe trabalhadora.

Durante o século XX a escola era “algo de luxo” nas mãos de quem a comandava, de forma que o governo não tinha interesse em ensinar os alunos das camadas populares. Com isso surgia mais pessoas trabalhando nas comunidades rurais, e sendo mais analfabetos também.

Saviani (2000) *apud* Bezerra Neto (2013), comenta que a escola nos tempos modernos teve um papel específico e começou a ser dominadora, sendo que o papel fundamental para esta dominação se efetiva graças ao sistema capitalista no qual nos encontramos. Neste contexto a escola começou a transmitir mais responsabilidade e mais saber. Porém ela ainda desprezava algumas classes trabalhistas, ou deixava de ensinar algo para as classes mais pobres.

Sobre esta base comum, ela reconstituiu a diferença entre as escolas de elite, destinadas predominantemente à formação intelectual, e as escolas para as massas, que ou se limitam à escolaridade básica ou, na medida que têm prosseguimento, ficam restritas a determinadas habilitações profissionais (SAVIANI, 2000, p. 8, *apud* BEZERRA NETO, 2013).

A escola tem uma grande importância para a sociedade e para a vida do campo, porém quando ela busca impor recursos sob a educação ela deixa de favorecer alguns, como por exemplo favorece aqueles que trabalharam nas regiões urbanas.

Para o autor, a reclamação de poucos investimentos nas comunidades rurais data de 1930, com isso tentavam provar que regiões urbanas tinham mais privilégios que as regiões rurais, porém, se dizia que a população urbana de São Paulo, por exemplo, dava quatro quintos dos seus aparelhos escolares para as escolas rurais (BEZERRA NETO, 2013).

A educação na atualidade tem um papel fundamental, tange ao processo de modernização para torná-la mais eficiente e a produção ter mais riquezas. As universidades formam seus profissionais, mas são nos seus bancos que adquirem os conteúdos científicos, técnicos, humanísticos e culturais para ter qualificação no mercado de trabalho. A formação desses povos em geral não os coloca para pensarem e refletirem sobre sua condição social e para saberem lidar com o seu local.

As universidades são mantidas pelo Estado por isso deveriam discutir o papel das faculdades públicas. No entanto, quem mantém a universidade são os trabalhadores, mas a universidade não mantém os interesses da classe trabalhadora. A universidade pública é mantida pelo Estado com o dinheiro arrecadado de toda sociedade e, por esta razão deveria atender a todo o público e aos interesses do povo. Deste modo, podemos observar que para aqueles que acham que o Estado está sempre acima dos interesses das classes, percebe-se que não é o que ocorre com as escolas.

De acordo com Bezerra Neto (2013), ao citar o Estado, como dominante das classes podemos enfatizar que o Estado no período colonial, era “comandante” junto a Igreja, a sociedade brasileira era submetida a eles. A burguesia fazia de tudo para controlar o povo, para isso usavam aparelhos ideológicos e de repressão. Com isso pode-se dizer que o Estado e a Igreja andavam “de mãos dadas”, pois eram (são) defensores dos mesmos interesses.

Para Bezerra Neto (2013, p.19),

A escola não é um mecanismo monolítico, em que na medida que seus professores não necessariamente se subordinam aos poderes, então este espaço é um lugar de contradições. Numa escola qualquer vai ter sempre um professor que ao fechar a porta da sala vai transmitir conhecimento próprio e literário, com isso vai ser um lugar de debates.

A partir do século XX, com a Constituição Federal de 1980, a escola passou a ser um direito de todos usufruírem dela, mas mesmo assim nem todos podiam frequentá-la. Segundo Arroyo (1982) *apud* Bezerra Neto (2013), a escola estatal exerce a ação educativa do público, porém não a educação do público. Ainda assim percebe-se que existem vários públicos diferentes na sociedade. Com isso atendem aqueles que controlam o Estado – e os que controlam a produção.

O autor faz referência à política educacional adotada nos Estados Unidos, na qual o Estado é fiscalizado com o intuito de saber se a educação está sendo cumprida e na qual deve-se banir da escola qualquer influência da Igreja e do Estado.

Como vimos o Estado precisa ser fiscalizado também para o que é público atenda aos interesses do que é “público” e não aos interesses privados. Sendo assim, verifica-se que a luta pela escola é um confronto político e de articulação entre liberdade e classes. Para o autor, os problemas na educação básica do Brasil não são “de hoje e nem de ontem” e sim muito mais antigos vistos que existem desde o descobrimento do Brasil Colônia, e mesmo com a criação de duas universidades a educação básica ainda era fraca, principalmente nas comunidades rurais: quando não tinha escolas rurais tinha-se que optar em estudar em escolas urbanas, porém as vagas eram limitadas e então a população não tinha como estudar.

De acordo com Bezerra Neto (2013, p. 21),

Com o decreto de descentralização da educação, em 1834, fez-se com que os investimentos referentes à instrução pública ficassem a cargo das províncias, o que serviu para deixar a situação ainda mais complicada, pois, além de alegarem não ter recursos, muitas províncias também não tinham nenhum interesse na ilustração dos trabalhadores, sobretudo daqueles que moravam na roça, dado que a criação de escolas com financiamento governamental, quando ocorria, dava-se nos centros urbanos.

Com isso percebe-se que a universidade ficou voltada para as classes mais favorecidas, onde os cursos superiores mais requisitados como, por exemplo, engenharias, agronomia, medicina, direito e por outro lado restou apenas as classes inferiores os cursos de licenciatura. Tendo em vista, que os cursos de licenciaturas são aqueles em que seu preenchimento é devido ao turno, por possibilitar condições de trabalhos extra turno e também pelo fato da maioria dos alunos serem de escolas públicas na qual tem uma grande diferença da publica para particular.

Esta realidade (e dificuldades) ultrapassou décadas – e séculos – e a luta pela terra configurou-se também como a luta pelo conhecimento. Observando essas dificuldades, foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) por meio do

programa de educação na reforma agrária – Pronera, recursos que financiariam alguns cursos superiores para a população mais carente em especial as populações rurais, dentre eles o curso denominado “Pedagogia da Terra”.

Bezerra Neto (2013, p. 23), ressalta que

Embora consideremos que o INCRA não deva ser o principal interlocutor das universidades, já que estas estão subordinadas a um ministério próprio, o Ministério da Educação – MEC entendemos que esta pode ser uma boa contribuição para ajudar a tornar de fato pública a universidade, sobretudo com o acesso do homem do campo a esta instituição.

O homem que vive e trabalha no campo, é esquecido e abandonado, enquanto o Estado dá prioridade à educação das elites. O autor dialoga referindo ao abandono da escola primária para o povo, fazendo parte da história política. Com base nisto a educação é uma bandeira para candidatos a política, que prometem melhorar a educação.

Visando ampliar a universidade estatal, alguns movimentos sociais do estado de São Paulo solicitaram a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) criar dois cursos que atendessem aos assentados da reforma agrária. A clientela principal seria oriunda de programas de educação básica e constituída por populações carentes, urbanas e rurais. Segundo Arroyo (1982) *apud*, Bezerra Neto (2013, p. 24

Um dos motivos que levaram a criação destes cursos foi que, em quase um século de República o discurso liberal não cessou de lembrar as populações carentes de campos e cidades. [...] Foi com isso que um grupo da UFSCar entendeu que devia implantar cursos na universidade voltada para esse público, além disso, nos debates que aconteciam eles queriam reduzir as desigualdades sociais.

Esses cursos só poderiam ser implementados a partir de movimentos sociais, e seriam financiados pelo INCRA e teriam que atender a uma parcela específica da população que mora nas comunidades rurais, ou seja, assentado da reforma agrária, concorrendo em vestibulares específicos.

A criação desses cursos tinha duas vertentes importantes: a primeira possibilitaria o acesso à universidade a um grupo que é excluído dela; e a segunda deixaria claro para a sociedade que a universidade tinha uma preocupação com a classe trabalhadora. Por um outro olhar, a formação de professores era um pedido para ter mais cursos de pedagogia já que a base do jardim de infância era pequena, e o dinheiro que poderia ser colocado para investir nesse curso era aquele que os professores pagavam seus alugueis. E com a formação de mais pedagogos poderia ter mais professores nas escolas rurais formados para a realidade das mesmas. “À educação no campo não deveria ser defendida como fim em si mesma, mas como

instrumento para outros fins sociais e políticos, o materialismo histórico-dialético. O campo tinha uma mesma realidade da cidade, e tinha o mesmo modo de produção” (ARROYO, 1982, *apud* BEZERRA NETO, 2013, p. 2).

A importância de estar contido nos debates dos movimentos sociais de luta pela terra fez com que a classe trabalhista saísse vencedora. É bom ressaltar, como esclarece Bezerra Neto (2013), que o curso estava todo o tempo focado na formação do educador. E com isso tinha que verificar continuamente, se o curso estava de acordo com o trabalhador rural, mas não só para ele trabalhar no campo.

Segundo Bezerra Neto (2013, p. 28),

Para que tudo ocorresse bem os alunos tinham que se auto organizar. Então eles adotaram um dos modelos de movimentos sociais. Ainda assim a educação do campo sempre teve mais dificuldades, pois não teve tantos investimentos para a formação de todos. Talvez porque ficava muito difícil para os alunos acessar uma escola, pois ficava longe de suas moradias, fazendo com que eles tivessem que caminhar por um longo período.

A relação entre movimentos sociais, igrejas e universidades nunca se deu de forma tão amistosa assim como se parece nos dias atuais. Por mais, que houve projetos e convênios entre estas instituições, conflitos eram existentes entre si. É muito comum no meio disso perceber, um elo de mistura de junções de apoiadores a causa e não apoiadores dentro das universidades. Mas, de qualquer forma estes braços a favor dos movimentos sociais foram de grande importância para o desenvolvimento da educação do povo do campo na universidade. Bezerra Neto (2013), constata que o referido movimento “Por uma Educação do campo”, reforçou o que era dito na década de 1980, na qual Arroyo contestava parte no mesmo princípio sobre o fracasso da escola rural, dando os mesmos argumentos para o fracasso, na qual não era adaptado do ensino urbano para o rural, estrutura física, metodologias, materiais.

Ao diagnosticar estes problemas, percebe-se que a metodologia adotada para o ensino público ou privado para a educação rural, não está adequado: tem que haver uma nova didática voltada para o meio na qual ele é inserido e não uma adaptação de um meio do qual ele não faz parte, mas sem deixar de lado as suas origens, características das disciplinas e principalmente do local onde o ensino está sendo materializado.

A verba destinada ao curso por parte do INCRA/ Pronera era revertida para os alunos por meio do pagamento do alojamento, das despesas de passagens do local de origem até a universidade e da alimentação dos alunos nos finais de semana e feriados, períodos em que o Restaurante Universitário se encontrava fechado. Além disso, fazia-se também o pagamento dos cirandeiros e da alimentação das crianças, bem como o trabalho dos



monitores e diárias dos professores externos à UFSCar que colaboravam com o curso, dado que estes teriam que se hospedar em hotéis do município, já que o alojamento não comportava os professores. (BEZERRA NETO, 2013, p. 39)

Um fator considerável e que nos diz respeito é o acompanhamento dos alunos por parte dos movimentos sociais. Pelo modelo agregado, cada educando deveria ter um acompanhante do movimento que ficaria responsável por sua formação acadêmica na universidade.

Deste modo para o autor pode-se verificar que as infraestruturas a que eram submetidos os estagiários na medida em que se o aluno começava a entrar nos estágios, muitas vezes os lugares não se relacionavam com o que era proposto. De certa forma, isso prejudicou a formação do aluno professor, que estava sendo formado para uma determinada ideologia e é sobreposto em outra completamente diferente.

### **1.3 Da educação rural à educação do campo: um caminho em construção**

Para podermos falar em educação rural, primeiramente temos que analisar seu contexto histórico e político e não já irmos definir estratégias ou mesmo visualizar o “X e Y” da questão. Movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, igrejas, universidades e a própria comunidade lutaram e ainda lutam com estratégias visando uma educação rural de qualidade. Seminários, palestras, eventos em geral foram – e ainda são – tratados e debatidos em busca desta caminhada.

O processo de construção do ensino rural, segundo Carvalho e Castro (2014), sempre foi um grande desafio no que se refere à questão de levar ao meio rural um ensino voltado para ele. Aquele ensino no qual pequenos camponeses, artesãos, garimpeiros, fazendeiros, vaqueiros, granjeiros, pequenos produtores rurais estão presentes em um só objetivo e desafio. Ao fim do Século XX foram percebidas inúmeras ações em defesa da educação rural para a sua melhoria, porém era nítida a fragilidade pedagógica e física que interferia na qualidade do ensino.

Segundo demonstra os autores, no século passado até meados dos anos 1960 se percebia uma fragilidade nessas implantações no que se referia ao ensino rural e no mais o que se via era uma tentativa de adaptação do ensino urbano para o ensino rural ou a simples reprodução do mesmo. E visto isso, percebe-se que não foi e não é uma boa ideia, as vertentes

são totalmente opostas e o público alvo também, não basta uma adaptação e sim uma construção de um ensino diferenciado voltado para o campo.

Para os autores, a preocupação com “a urbanização” da escola rural preocupava educadores e políticos. O governo federal já pronunciava em 1933, que “seria necessário educar a população do campo para que as mesmas dessem conta de permanecer no local sem fragilidade”. (ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 14), para ela o cenário visto como o ideário de um choque rural/urbano, possibilitará uma série de pesquisas e projetos no intuito de desenvolver o melhor para o ensino rural.

O rural do qual falava o “Ruralismo pedagógico” assumia pelo menos dois sentidos: 1º) como espaço de preservação dos hábitos, valores e relações sociais – onde é o rural do folclore, das danças, das relações amistosas entre coronéis, posseiros, agregados e sitiantes; 2º) como espaço de modernização, da incorporação de tecnologias modernas, mas que mantinha a pureza. (ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 14)

Aglomerados de centenas e centenas de pessoas se destacavam nas retiradas do campo rumo às cidades, pois não havia nenhuma estrutura no campo para mantê-los ali, haja vista o desenvolvimento que estava acontecendo naquela época. Segundo Calazans (1985), *apud* Antunes-Rocha (2014), o governo federal assumiu uma postura de concentrar ações na educação de adultos, e foram criados programas de alfabetização, educação comunitária e assistência técnica. A educação escolar já voltada para crianças do meio rural esteve sob responsabilidade administrativa e pedagógica dos governos municipais.

As escolas do meio rural sejam elas destinadas para crianças ou adultos tanto quanto da educação rural, eram assistidas em pequenas salas de aulas, contidas em casinhas e às vezes até mesmo em casebres cedidos pelos fazendeiros, com salas multisseriadas e com professores da região. Segundo Antunes-Rocha (2014), o governo federal, por decisão deu encargos aos estados que por sua vez, deveriam investir cerca de 15%, no mínimo, de sua receita e celebrar convênios com as prefeituras municipais que deveriam aplicar uma cota de 10%. Ficou decidido que os estados ficariam responsáveis pelo ensino primário, o qual, por sua vez assumiu a responsabilidade do ensino urbano enquanto os municípios ficaram responsáveis pelo ensino rural.

Com o passar dos anos, a modernização começou a ganhar espaço no campo, em virtude de uma série de infraestruturas em busca do aumento da economia do campo. E para isso, foi preciso de mão de obra qualificada capaz de operar a lida moderna no campo e que gostasse de morar no campo, assim trazendo de volta ao campo um número significativo de pessoas. Para isso, verificou-se que era preciso um investimento maior na educação rural de

modo que as crianças possam permanecer nas fazendas dando lugar e fazendo substituições aos seus pais e lógico que também para que os pais não deixem o campo em busca da cidade para que seus filhos possam estudar.

Essa perspectiva de evolução no campo é jovem, por muito tempo o PIB nacional em sua grande parte era retirado dos grandes centros urbanos e dos comércios e indústrias urbanas, porém já é sentido essa mudança nos anos atuais, onde os seus efeitos de transformação evolutiva ao campo estão surtindo efeito, graças a globalização tecnológica, assim melhorando a produção agropecuária e industrial do campo e melhorando a produção em pequenos portes da agricultura familiar, no qual coloca diariamente na mesa do brasileiro toda a alimentação necessária da nação. Atualmente em meio às crises enfrentadas no país, já se pode ver nos noticiários das mídias seja em telejornais ou outros, que o motivo para a economia brasileira ainda está sustentando o Brasil se deve ao campo, o que pode ser comprovado pelo PIB nacional e fazendo um comparativo entre o campo e o urbano segundos dados do IBGE.

Visto isso, o governo está olhando por outras faces a respeito do campo e gerando uma série de estudos e pesquisas em prol do desenvolvimento das áreas rurais do país, configuradas em programas sociais para comunidades ribeirinhas do campo, pequenos agricultores e também programas voltado para o agro destinado a grandes proprietários. Entre alguns destes estudos, pesquisas e projetos há uma série de apontamentos relevantes a educação destinado no meio rural, onde já se percebe que o ensino oferecido ainda tem muito o que melhorar, que o ensino urbano e rural praticamente é um só. Temos que entender que são vertentes diferentes, povos diferentes e que o que é dado nos espaços urbanos há sim de chegar no campo, porém construído de uma forma diferente onde possa ser útil para aquele meio sem deixar de lado as suas origens.

Segundo Antunes-Rocha (2014), o ideário do “Ruralismo pedagógico” voltou a ser questionado e abordado de uma forma mais profunda, e este novo eixo temático é inaugurado com a publicação do livro de autoria de José de Souza Martins (1982), intitulado “A valorização da escola e do trabalho no meio rural”. Em meio a estes estudos alguns pesquisadores questionavam se tinha mesmo como possibilidade de criticar a escola do campo como instrumento de urbanização haja vista que a precariedade era enorme. Visto assim, percebe o quão diferente são estas duas vertentes denominadas de “Campo x Cidade”, pois o ensino urbano não pode ser expressamente injetado em um meio no qual ele não pertence e jamais pertencerá. Para Maia (1982), *apud* Antunes-Rocha (2014), a precariedade era tão intensa que não cabia nenhuma crítica.

A primeira resposta para tantas destas questões levantadas e dadas foi, que o certo seria levar as crianças mais próximas dos centros urbanos para escolas urbanas. Isto foi nada mais nada menos que uma nucleação política adotada para garantir que todas as crianças e jovens estivessem em salas de aulas devidamente matriculadas e estudando. A princípio isto foi uma solução, porém na verdade foi nada além de um paliativo. Vista a demanda de uma emergência da educação rural, vários protagonistas entraram em cena na busca de uma melhoria na qualidade de ensino, na qual não haja um mascaramento adaptado ou inserido de um meio a outro completamente oposto. Entre estes protagonistas podemos citar, entidades governamentais e não governamentais, (ONG), movimentos sociais, igrejas, associações, dentre outros, na busca de pesquisas, projetos e práticas pedagógicas revolucionárias na área da educação rural.

Em 1996, o MST e a Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares], em parceria com outras entidades sociais, universidades, organizações não governamentais e a igreja, criaram um movimento em favor da educação do campo, onde o mesmo designava em reivindicar a criação de políticas públicas que priorizem a superação da situação precária das escolas bem como implantassem um sistema que atenda aos interesses das classes da aquela determinada região. (Antunes-Rocha, 2014, p.18)

Observada a luta árdua pela educação do campo, percebe-se que no atual momento a educação do campo é um conceito, uma prática e uma teoria; nessa percepção vem construindo e discriminando seus princípios e conceitos prévios, teóricos e práticos. Destacando-se o cenário observado no que se diz Antunes-Rocha (2014, p. 19), para que este projeto seja denominado como educação do campo, há que se atender a três quesitos:

- 1º Apresentar participação ativa das populações do campo no planejamento, execução e avaliação;
- 2º Apresentar uma proposta que garanta e amplie a oferta de modalidades de ensino, melhoria dos estabelecimentos escolares, professores, capacitando-os para atuação em contextos de desigualdade e diversidade;
- 3º Assumir compromisso com a luta pela construção de formas sustentáveis de produção da vida no campo e na cidade.

Esses princípios têm como base orientar o cumprimento do direito universal ao acesso à educação. A educação do campo busca relacionar conceitos da sustentabilidade e a diversidade tanto cultural como social. Porém a educação do campo vai ganhando distanciamento, pois, a educação rural está em outra vertente, no sentido da “busca pela luta”, a emancipação, a resistência da população camponesa, o oferecimento do direito e da resistência dentre outros, como afirmam Antunes-Rocha (2014).

Desde o início da luta por uma educação voltada ao meio, percebe-se um protagonismo dos sujeitos envolvidos, colocando-se como central nos primórdios do movimento como afirma Antunes-Rocha (2014, p. 21).

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual meio rural, com o objetivo de incluir no processo de conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho.

Conforme mostram os autores, existiam cerca de 88.386 escolas rurais no Brasil há uma década atrás, das quais este número, apenas 56% ofertavam os anos iniciais do ensino fundamental, ficando cerca de 44% para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Este percentual diminui à medida que o nível de escolaridade ofertado sobe. Para ter uma noção o ensino médio ofertado nas escolas rurais são de aproximadamente cerca de 7,62%, onde isso significa um número aproximado de 6.735 escolas rurais. Isso, mostra que se a criança quiser continuar a estudar, a partir dos seus 10 eles devem deixar o ensino rural e partir para um ensino urbano ou mudar-se para lá e este índice aumenta quando falamos de adolescente que estão no ensino médio. A questão do ensino voltado para Jovens e Adultos (EJA) nem se fala, praticamente esta porcentagem é quase zero

Para Antunes-Rocha (2014), a qualidade dos prédios escolares rurais evoluiu bastante, mas não o suficiente para acompanhar a evolução das instalações urbanas. Por mais que as vertentes de ensino sejam diferentes, o básico de uma estrutura predial de qualidade deve existir, havendo salas de aulas, sala dos professores, biblioteca, laboratório de ciências e de informática, conexão de internet, quadra poliesportiva e vivência. Porém, na maioria delas isso é incapaz de ser observados, salas de aulas ainda são multisseriadas e muitas funcionam em corredores ou em outros lugares improvisados.

Analisando estes dados fornecidos pelo censo demográfico brasileiro, percebe-se que muito foi realizado e que a luta pela educação do campo vem conquistando políticas públicas. Um dos problemas de não obtermos uma quantidade maior de professores com níveis superior é o motivo de que a educação rural é pouca discutida e estudada nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas. Ao longo dos anos percebe-se grandes avanços graças a projetos como o Pronera, citado anteriormente, inclusive nos dez primeiros anos, onde o programa passou a ser uma sementeira por onde se passava pessoas, pesquisas, programas, projetos entre outros, assim ganhando destaque em âmbito nacional e político. Como mostra Antunes-Rocha (2014, p. 25).

Em 2001, o Parecer CNE/CEB 36/ 2001 orientou a publicação da Resolução CNE/CEB n. 1, de 03 de abril de 2002, instituindo as Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo. Essas diretrizes assegura a luta das políticas públicas em nome da educação rural e do campo. Como assim em 2003 foi criada o Grupo Permanente de Trabalho da Educação do campo no Ministério da Educação, na qual institui a materialidade que será responsável pela instalação da Coordenação Geral da Educação do campo (CGEC), em 2004, na recém-criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização. Entre 2005/06 o CGEC- promoveu seminário em quase todos os estados federativos em prol de desenvolver e difundir a mesma. Antunes-Rocha

Destaca-se a importância e a necessidade de se perceber a indissociabilidade entre educação do campo e o compromisso com a produção sustentável, criando um novo status de modelo de desenvolvimento educacional, econômico, sustentável para o campo e a sociedade.

## **2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: CAMINHOS PARA A EFETIVAÇÃO**

A defesa de uma educação do campo voltada, efetivamente, para os interesses das comunidades rurais é algo recente e aconteceu de fato em determinado momento histórico da educação brasileira. A princípio a educação, como já mencionamos, era para poucos, a educação no campo era voltada para a classe mais favorecida, e as unidades escolares eram constituídas nas sedes das fazendas na qual a mesma era destinada somente às famílias dos proprietários. Ao longo do tempo com o desenvolvimento da educação observou-se que para um melhor aperfeiçoamento educacional seria melhor continuar os estudos nos centros urbanos, mas especificamente nos grandes centros (capitais), fazendo com que houvesse um êxodo rural. Por outro lado, para atender aos trabalhadores e manter suas famílias nos espaços rurais houve o que podemos dizer uma replicação das escolas urbanas nos espaços rurais. E por décadas a educação rural, foi deixada de lado e esquecida nas lutas pelo progresso educacional.

### **2.1 Políticas educacionais para a educação do campo: perspectivas curriculares em debate**

Recordando a linha do tempo da histórica educação brasileira rural e os novos debates em defesa de uma educação do campo<sup>5</sup>, vemos que pouco tem sido o investimento destinado a esta respectiva educação na qual nos referimos e vamos um pouco além em nossa análise, onde a população em si seja ela urbana ou rural, não faz jus a intensificar estas cobranças perante aos órgãos de origens ou até mesmo no Congresso Nacional.

Segundo Silva e Silva Junior (2014), tanto a educação rural como a educação do campo foram relegadas a segundo plano em detrimento do crescimento e de investimentos na educação urbana. Os autores consideram que foi preciso “maquiar” este fato por meio de uma política educacional urbana escondida no meio rural e com pouca infraestrutura predial, metodológica e com profissionais adequados para cada área de formação. Além, da educação rural e do campo não ser mais uma educação voltada para ela conforme rege a Constituição Federal de 1988, a educação urbana é adotada no meio rural e quem sofre com isso é a comunidade escolar do campo. Segundo os autores os contornos das políticas educacionais

---

<sup>5</sup> Os conceitos de educação rural e educação do campo estão esclarecidos na introdução deste trabalho.

para a educação do campo e seus tênues alcances no âmbito escolar podem ser percebidos por meio de uma triangulação:

1º) a precarização do atendimento escolar à criança pobre do campo; 2º) as regularidades e as singularidades para as questões curriculares da educação do campo; 3º) as aproximações e distanciamentos entre as proposições dos movimentos sociais do campo e as propostas governamentais no atual cenário educacional. (SILVA e SILVA JUNIOR, 2014, p. 33).

Conforme citado acima, segundo Arroyo (2007) *apud* Silva e Silva Junior (2014) a constituição e consolidação do sistema educacional brasileiro pautam-se em um paradigma urbano, como se de fato existisse somente uma única “civilização” que é a urbana. A subsunção do campo ao paradigma urbano pode ser observada na própria evolução do sistema de ensino brasileiro (ARROYO, CALDART e MOLINA (2014) *apud*. SILVA e SILVA JUNIOR (2014). Para os autores a escola, no meio rural foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, à população do campo foi negado o acesso aos avanços ocorridos nas duas últimas décadas, como o reconhecimento e a garantia do direito à educação básica.

Observamos que ao longo dos tempos a educação rural foi tratada e construída tardiamente sem o devido apoio do Estado como deveria para que se desenvolvesse. De forma que nas primeiras décadas do século XX a educação era algo muito rara, onde quem tinha acesso à ela era privilegiado ainda mais quando se referia ao meio do ensino rural. A educação rural não foi sequer mencionada na constituição de 1891 (BRASIL, 1891).

Nos dias atuais, devido a um novo olhar para a educação rural e a busca de educadores para se construir o que defendemos como educação do campo, observamos um novo avanço, devido ao capitalismo em que vivemos e que nos mantém ativos em busca de capacitação profissional.

Pode-se dizer que a classe de alunos que frequenta as escolas rurais na segunda década do século XXI são a oposta do início da educação no campo, são jovens filhos de empregados, que necessidade de mão de obra no campo levou seus pais a morarem lá, da mesma forma que a levam a querer estudar para saber operar as novas tecnologias voltadas para o campo na qual suas fazendas constituem, em prol de uma melhor qualidade de mão de obra, maior rentabilidade e descontos nos impostos governamentais. Haja vista, que estes ensinamentos são básicos e que na maior parte estes alunos saem dali sem a conclusão da educação básica completa (muitos não concluem o ensino médio). São raros, os alunos que continuam



os estudos em busca de ensino superior e pós-graduação. Tudo isso, podemos observar em contextos expressos nas falas de Silva e Silva Junior (2014).

Com base em Silva e Silva Junior (2014), percebe-se vários descasos do Estado perante a educação pública ainda mais quando esta está ligada ao meio rural.

O Estado brasileiro omitiu-se: (1) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (2) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (3) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente do campo (BRASIL, 2005, p.7, *apud* SILVA e SILVA JUNIOR, 2014, p. 36).

Devido a tamanha falta de conduta do Estado perante o ensino rural, as próprias comunidades por meio de entidades carentes e não governamentais iniciaram campanhas em prol do crescimento e valorização do ensino rural, afim de criar escolas rurais e garantir a educação dos filhos de trabalhadores rurais conforme mostra Silva e Silva Junior (2014).

Durante o período militar, por volta dos anos 1970, a sociedade brasileira conviveu com vários fatores entre eles o autoritarismo militar, de modo que prevaleceu entre 1964 à março de 1985.

Frigotto (1999), aborda a seguinte problemática enfrentada sobre a educação rural neste período, de modo que um interesse maior sobre o capital estava paralelamente inserido e influenciando a educação de tal forma.

A educação rural esteve direcionada à formação profissional, não priorizando um projeto social para o campo. Mas a LDBEN 5692/71 apresenta um avanço ao possibilitar a adequação das férias ao plantio e colheita do campo, o que infelizmente, ainda não ocorre, nas escolas em que estivemos. Essa lei esteve articulada aos estudos econômicos de educação a partir do trabalho de Schultz, introduzindo o conceito de capital humano para explicar o investimento em educação, o de produtividade, taxa de retorno, custos de educação enquanto mercadoria (FRIGOTTO, 1999).

Aproveitando estas reações, começaram a ser pensadas e debatidas algumas perspectivas críticas sobre a educação do campo, e esse debate ganhou força em fóruns e também com a aprovação da CF/88 e da LDB (nº. 9.394/96). Onde com a Constituição Federal de 1988, novas portas se abrem e o direito e deveres dos cidadãos são oficializados de modo que tenham uma garantia respaldada.

De acordo com Leite (1999) *apud* Silva e Silva Junior (2014), as adequações da escola campo não estavam bem contempladas anteriormente. Desde modo, observa-se que com a LDB aprovada, foi promovida a desvinculação da escola rural dos meios urbanos e da

performance escolar urbana, determinando assim um planejamento curricular adequado ao sistema educacional rural e ao meio rural na qual pertence, desvinculando do ensino urbano.

Na década de 1990 ainda existiam vários fatores que mostravam uma grande problemática no ensino rural dentre outros pode-se citar a participação da comunidade com a escola, a didática pedagógica, a distância entre a moradia dos alunos e a escola, falta de serviços dentre outros fatores. Para Silva e Silva Junior (2014), o campo é mais que um mero braço da sociedade urbana, é no campo que as riquezas são produzidas e a economia do país é mantida, é vinda do campo hoje em dia que o progresso acontece e deve ser pro campo que um bom investimento deve ser feito e consolidado, pois o seu povo mais que merece.

Na região interiorana dos elos do debate, o autor faz uma referência a uma outra descentralização, agora entre a educação do campo e educação rural fazendo uma diferenciação entre estes paradigmas. Para isso, a mesma cita Silva e Costa (2006), onde segundo as autoras

o paradigma da educação rural apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural no país e não se propõe a fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que exigem a valorização das especificidades do meio rural (SILVA e COSTA, 2006 apud SILVA e SILVA JUNIOR, 2014, p. 41).

Desde modo, “O paradigma da Educação no campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade nela”. A diversidade na metodologia educacional, pode ocorrer de várias formas de construção e reconstrução no espaço físico e simbólico para melhor desenvolver uma educação qualificada para cada evento e local, assim Silva e Silva Junior, (2014) pontuam:

A terra, o meio ambiente e sua relação com o cosmo, a democracia, a resistência e a renovação das lutas e dos espaços físicos, assim como as questões sociais, políticas culturais, econômicas, científicas e tecnológicas, são elementos transversais na Educação do campo (BRASIL, 2005, apud SILVA E SILVA JUNIOR, 2014, p. 43).

Assim como, o desenvolvimento chegou ao setor urbano e fez com que a educação crescesse, segundo os autores Arroyo, Caldart, Molina (2004) e Brandão (1986), *apud* Silva e Silva Junior (2014), defende-se um princípio de que certos paradigmas devem ser rompidos e revisto, de que a Educação do campo deve se evoluir, onde deve ser meramente coerente com o desenvolvimento do setor rural atual, levando em conta os aspectos rurais antigos e novos, para que as tradições não sejam rompidas, mas o desenvolvimento aconteça.

É de suma importância que a educação do campo e tanto a educação rural se coloquem nas lutas pelos seguintes direitos: igualdade, fraternidade, direito ao saber, conhecimento geral, cultural e desenvolvimento regional tanto para o campo e fora dele.

Segundo os próprios autores são necessárias políticas públicas para que estas implementações venham a ocorrer. Além de que é necessário que cada região tenha políticos e entidades próprias para que os representem e assim ganhem foro e força, de modo que seus papéis e objetivos sejam claramente efetivados.

De acordo com Silva e Silva Junior (2014, p. 45), pensar na educação do campo é poder pensar e promover estratégias que ajudem a reafirmar a identidade do campo. Foi neste pensar, em que

O governo brasileiro instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – Resolução CNE/ CEB, n. 1 de 03 de abril de 2002.

Este documento teve origem em uma luta cravada pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do campo (GPTE), após de anos e anos de reivindicações juntamente a organizações e movimentos sociais em prol da Educação do campo e no campo gerou êxito.

Como visto pelo autor os avanços nas demandas pela Educação do campo e Rural, foram muitas ao longo dos tempos, mas também tiveram retrocessos. A política foi novamente maquiada e uma nova Educação Urbana floresceu em forma de rural. Porém, desta vez uma Educação Urbana voltada ao campo e no campo e não uma Educação do campo e Rural, voltada e contida na mesma.

Segundo Silva e Silva Junior (2014, p. 46),

As escolas do campo visam atender a diversidade, as características dos alunos que ali vivem no meio rural, por isso a importância de levar em conta as especificidades do povo do campo sem perder de vista o que é comum a todos, principalmente o acesso a ciência e a tecnologia por meio do currículo escolar.

Segundo Rodrigues (2014, p. 18),

A educação rural caracteriza-se principalmente, por ser uma transplantação dos modelos urbanos para o campo, diferentemente da educação no/do campo, comprometida com o desenvolvimento, no sentido de valorizar e manter a cultura do campo, com professores capacitados para trabalhar com essa realidade e, que empreguem metodologias e materiais apropriados aos povos que lá vivem; porque assim, estarão oportunizando ao aluno a autonomia para atuar com liberdade nas suas escolhas preferenciais entre a cidade ou o campo.

A base curricular é algo de maior suma importância para o desenvolvimento educacional. Este instrumento utilizado está presente em diversas partes de nossa sociedade brasileira a fora e adentro. E em cada região este currículo pode ser composto de módulos nos quais podem ser iguais ou diferentes um do outro. Este currículo tem a capacidade de conservar e transformar os conhecimentos dos jovens sob diversas áreas do saber, constituindo abordagens em diversas áreas do saber metodológicos, teóricos- conceituais, perspectiva do positivismo ou até mesmo do Neomarxismo, até mesmo vertentes em teorias pós-modernas.

Para os autores, as críticas abordadas em teorias, desconfiam do *Status quo*, responsabilizando-os pela desigualdade e injustiças sociais, onde teorias tradicionais eram tidas como teorias de aceitação e as críticas de desconfiança, o “importante não é desenvolver técnica de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos, que permitam compreender o que o currículo faz”. SILVA, 1999 apud SILVA e SILVA JUNIOR, 2014, p. 47).

O Neomarxismo tem uma concepção perspectiva agregando “*n*” fatores que aproxima e distância das concepções pelo motivo único de sua multiplicidade de autores contidas.

Segundo Silva e Silva Junior (2014, p. 47),

Apple, por exemplo, torna como ponto de partida os elementos centrais da crítica marxista da sociedade, mas para ele, não é suficiente postular um vínculo entre, de um lado, as estruturas econômicas e sociais mais amplas e de outro, a educação e currículo.

Para Silva e Silva Junior (2014), a educação do campo e rural, tem atualmente uma perspectiva curricular bem diferente do currículo explícito, onde corre em suas veias uma base curricular denominada como “Currículo Oculto”. Para o autor o currículo oculto assume um sentido mais extenso, que transcende a sala de aula e desrespeita a certos mecanismos ocultos que capacita o ser humano a viver em sociedade de certa maneira, onde que nem sempre o trabalhado em sala de aula precisa estar exposto no currículo formal, pode ser algo improvisado que durante a aula acontece espontaneamente e o professor não pode deixar esta oportunidade passar.

Neste ponto observamos algo muito em comum nas escolas rurais, que é a adaptação de um currículo urbano, voltada para um ensino em um meio rural completamente diferente, onde pessoas, lugar e tradições são totalmente opostas, fazendo com que aquela maquiagem já dito anteriormente seja comprovado e assumido denominado como “Currículo Oculto”.

Deste modo para os autores alguns princípios para a construção de uma Educação do campo seja minimamente ficasse-a tem que haver não somente perspectiva destinada a

formação de profissionais professores e currículo escolar no meio rural, destinada apenas para aos professores do campo, mas sim para os professores das áreas urbanas. De modo que somente assim, ambos saberão lidar com a temática envolvida de cada área e defenderá uma educação de maior qualidade para o seu meio, dando argumentação para os debates.

Segundo Rodrigues (2014), deve ter uma atenção redobrada ao campo, no qual,

Para se conceber o espaço da educação no/do campo, a abordagem aqui passa por dois tipos de campo. Um, visto como espaço de produção e reprodução do capital e o campo que precisa de uma atenção maior, o do agricultor familiar (RODRIGUES, 2014, p. 33).

Quando se refere a agricultura familiar, percebe-se o tamanho da dificuldade encontrada para se sobreviver neste país e mundo no qual vivemos, onde a competição movida pelo capitalismo é alta e facilita o trabalho dos grandes empresários, fazendeiros de uma classe mais alta, desta forma inviabilizando a sua permanência no campo, além de um olhar diferente da sociedade em si para eles. Segundo o governo, a agricultura familiar é quem coloca os alimentos na mesa dos brasileiros, mas na realidade não é muito bem assim, o que poderia ser um campo familiar, cultivando e retirando da terra seus sustentos, tem sido algo a contrário a isso, não conseguindo se manter e proporcionar uma educação satisfatória a seus filhos.

Com base em Rodrigues (2014), levantam críticas sobre o trabalho dos estados, onde mostram o tamanho da transformação do espaço geográfico em nosso país e principalmente em nossa região. Desta forma Rodrigues (2014), destaca que o Estado e o capital são os maiores responsáveis pela transformação do espaço geográfico. A busca por rendimentos extraordinários tem levado grupos, empresas e indivíduos, a investirem no setor econômico sem pensar nas consequências sociais e ambientais negativas que afetam a maior parte da população brasileira, como já ocorre em praticamente todo o país. (RODRIGUES, 2014, p. 103). Segundo o autor, quando pode usufruir dos direitos a educação, os pais são obrigados a levar seus filhos para os centros urbanos, ficando muito longe de sua vivência e muita das vezes tendo que se mudar, para uma outra região, cultura, espaço contribuindo negativamente e mudando seus valores e princípios.

A tendência adotada pelo governo nesse novo projeto capitalista implantado no país e voltada ao capitalismo no campo, nada mais é o de elevar as desigualdades, entre elas, as regionais. Para Rodrigues (2014), para haver uma mudança significativa na educação e uma melhoria no quadro educacional em todo o país é necessário que o docente se comprometa mais com a educação, com as mudanças sociais, articulando Projetos Políticos Pedagógicos

(PPP) e a matriz curricular, assim promovendo o crescimento da construção do conhecimento escolar a toda comunidade.

Projetos de pesquisas para melhor se desenvolver o contexto da educação do campo e Rural, acontece em sua maioria das vezes em “Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária” no país, regidos em parcerias com movimentos sociais e entidades não governamentais em sua maioria das vezes.

Segundo o autor, neste contexto citado acima nestes projetos, a educação do campo e Rural, não só tem um elo com os alunos, mas sim também com toda a comunidade escolar da aquela região. Onde tem como uns dos objetivos, a erradicação do analfabetismo na comunidade entre crianças, jovens e adultos e até mesmo idosos, promover parcerias com entidades por meio de projetos e cursos de capacitação profissional, cultural, arte, saúde, segurança e entre outros elementos de progresso e melhoria para o campo, além de um ensino eficaz e igualitário a todos.

## **2.2 Escolaridades das classes populares do campo: possibilidades em uma comunidade assentada da reforma agrária**

Educação rural deva levar em consideração todos os tipos de dados necessário para um senso demográfico: desde, a moradia, idade, escolaridade, classes sociais, energia elétrica, eletrodomésticos e entre outros valores.

Onde desta forma Santos (2013), define que,

Diante desta situação que os sujeitos vivem, podemos afirmar que há uma grande luta e incentivo para que as pessoas das classes populares voltem a estudar e resgatar suas culturas, suas origens, suas identidades. (SANTOS, 2013, p. 157)

Observando estas lutas, Santos (2013), faz estudos sobre a educação rural ou do campo, dentro de um assentamento Aimorés na qual se dedicava ao ensino do Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Para o autor, Paulo Freire foi um dos grandes influenciadores da luta por uma educação libertadora na década de 1960. Onde com o exílio em 64 de Paulo Freire a luta extinguiu. De modo que a visão sobre a educação era uma só vertente: “Educação urbana”. Mas, foi a partir das décadas de 1990, que ressurgiu novamente um incentivo na educação rural ou do campo vindo dos movimentos sociais e por meio de sancionamento de lei do governo federal, da LDB.

Para Santos (2013), pode se verificar, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96,

Um importante aceno e fortalecida com um outro importante conquista recente para o conjunto das organizações de trabalhadores do campo, no âmbito da luta por políticas públicas, foi a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação). Esse instrumento de luta, junto com as ações de diversos movimento sociais e sindicais do campo, vem pressionando sua inclusão na agenda de alguns governos municipais, estaduais e também na esfera do governo federal. (SANTOS, 2013, p. 158)

Em qualquer assentamento de reforma agrária, depara com aflições de jovens e adultos, na qual a situação não é nada agradável e o nível de escolaridade é bem assustador. Neste ponto Santos (2013), pode verificar que,

Isso não acontece só com as pessoas mais velhas, mas com os jovens também. Partindo das experiências que temos com os jovens que residem no assentamento Aimorés, em conversas com eles, podemos ver as angústias e suas necessidades, estas que são iguais às de todos os adolescentes. Todos estes aspectos vêm causando o abandono da escola, pois a maioria deles para de estudar e começa a trabalhar para suprir suas necessidades básicas. Assim, temos um grande desafio que é de consolidar a educação na área rural, de forma que não seja para se ter mais evasão escolar. (SANTOS, 2013, p. 158)

Neste caso para o autor, verifica-se que é necessário um projeto que se estenda a criação do EJA para o assentamento de Aimorés. Indo mais além, este caso não é específico, no Brasil o índice de necessidade de escolas que forneçam Educação para Jovens e Adultos no âmbito rural é muito alto. Um dos motivos, que levam a ser um empecilho é a condução, infraestrutura para realizar aulas a noite, tendo em vista que como são Jovens e Adultos, ambos trabalham durante o dia e não podem se abster de seu local de trabalho por um certo período, haja visto que este é o seu sustento e de sua família.

Para Santos (2013), de acordo com isto,

Em se tratando da concentração da terra, é preciso reconhecer que o Brasil carece de uma reforma agrária, pois ela só acontecerá se for por meio de lutas. E essas são as formas que a classe trabalhadora possui para conquistar seus objetivos. Assim, as populações participantes das lutas nesse campo reivindicam também direito à saúde, moradia, educação, etc. (SANTOS, 2013, p. 159)

A luta pela justiça em um movimento social, há desgaste e envolve um certo período de tempo, porém verifica-se pequenas conquistas estas que tem que ser comemoradas e implantadas para que não desapareça com o tempo.

Nós cidadãos brasileiros sabemos que a educação é de direito e dever do estado, oferecer a todo cidadão independentemente de cor, raça e religião. Mas, nem sempre essas condições são exercidas com dignidade como mostra a constituição federal de 88.

Observando estes contextos, desde a origem até os dias atuais, Arroyo (2006) *apud* Santos (2013, p. 159) destaca que

Ao analisar todos os fatores internos e externos citados pelos autores e ao analisarmos o contexto da atual realidade que vivemos: ou seja, no assentamento, em meio a todas as dificuldades, devemos tomar o devido cuidado para não cairmos na perspectiva que Arroyo (2006), no que se diz que os jovens e adultos continuam vistos na ótica das carências escolares; Logo propiciemos uma segunda oportunidade.

Assim, percebe-se que a educação ela é um material a ser lapidado com esmero e zelo, ainda mais no que se refere a educação rural ou do campo, na qual requer um cuidado especial, haja visto que as suas culturas e classes são totalmente oposta das demais classes, por mais que algumas sejam semelhantes às da cidade, na qual o papel do educador e da informalização, tecnologias chegam com uma certa dificuldade ou atraso em um lapso temporal em relação do campo com a cidade.



### **3 A REALIDADE DAS ESCOLAS RURAIS EM JATAÍ: O EFETIVADO**

Observando o contexto do desenvolvimento das modernizações no Estado, a capital do estado de Goiás até então situada em Goiás velho foi transferida para Goiânia no final da década de 1930. De modo instaurou-se um novo marco no desenvolvimento de Goiás levando em consideração aos políticos voltados para a interiorização acontecesse e no governo presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Neste período foi criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a criação da capital federal no Planalto Central: Brasília, onde sua inauguração teve no ano de 1960.

A partir deste novo marco novos avanços começaram a surgir pelo interior do país, por meio de programas sociais e investimentos federais vindo do Planalto Central, em busca de desenvolver as regiões do Brasil. Neste marco, deu-se origem, a um desenvolvimento significativo ao campo e juntamente a educação rural. No município de Jataí-GO, não foi diferente, visto que a população rural de Jataí cresceu gradativamente e o ensino rural acompanhou este crescimento de maneira quantitativa, no entanto indaga-se: a proposta pedagógica para o ensino de ciências nas escolas rurais de Jataí atendem à realidade das comunidades rurais?

Sabe-se que a educação é uma das principais atividades a ser aprimorada e exercida com qualidade, pois é essa que desenvolverá ainda mais a mesma, seja pelo comércio, indústria ou a agropecuária. A educação rural tem papel fundamental para isso. Observados os trabalhos dos professores, os seus planos de aulas, vemos que eles seguem uma mesma diretriz curricular do estado de Goiás, que é a mesma utilizada ao campo e a cidade, segundo levantamentos obtidos no qual é em raras exceções que eles promovem algo diferente utilizando o habitat daquela determinada região. Nos planos de aulas reproduz-se os conteúdos, expectativa de aprendizagem, metodologia e avaliação sem um desenvolvimento maior para quem for observar. A maioria diz somente seguir o modelo do Sistema Administrativo e Pedagógico (SIAP) na qual depois eles imprimem ou transcrevem para o caderno e o que irá transcrever nas aulas eles já têm noção por saber, ou utilizará o livro didático como base.

#### **3.1 A permanência do professor em escolas rurais**

A vida no campo requer desafios, muito mais que querer, requer força de vontade, habilidades. Não é somente o fato de “morar” e sim de como se sobressair nele. Envolve

moradia, trabalho, socialização, cultura entre outros. Nem todos que vivem na cidade conseguem viver no campo e vice e versa e deste modo é a atuação de docentes em escolas rurais. Segundo Souza e Barbosa (2014), nos dias atuais é extremamente impossível observar que nas cidades do interior professores se dedicam a ensinar uma educação que se distancia da atual realidade do desenvolvimento educacional por motivo das várias regiões longínquas.

A docência é um exemplo disso. Como mostra Castro e Raposo (2014), a docência no campo envolve muito mais que querer e sim um elo entre o passado, presente e até mesmo futuro entre docente e a comunidade escolar da região ali localizada, por este motivo, poucos se adaptam ao ensino do campo e em sua maioria, são oriundos da própria comunidade.

Para entender melhor o comportamento e o porquê desses novos professores escolherem a escola rural, Castro e Raposo (2014), torna-se clara esta evidência em uma concepção metodológica concebida como: “História Oral”, na perspectiva da abordagem metodológica, os autores relatam um contexto de quatro docentes do campo, que atuam nele, sendo que desses quatros, duas são da rede municipal e duas da rede estadual de educação de Minas Gerais. Neste sentido, faremos como parte de nossa pesquisa de campo, observando o contexto de formação dos professores e as suas respectivas áreas de atual atuação.

Segundo Amando e Ferreira (1996) apud Castro e Raposo (2014), eles descrevem três postulados sobre o que é “História Oral”. A primeira advoga ser a sua técnica, a segunda uma disciplina e pôr fim a terceira ser, uma metodologia.

Abordando sobre o fato de o autor reporta-se a um trecho de apud Portelli (1997a), quanto ao fato.

Embora diga respeito- assim como a sociedade e a antropologia- a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (PORTELLI, 1997 apud CASTRO e RAPOSO, 2014, p.155).

O autor enfatiza que a memória cria significados em nossas vidas, criando mudanças em certos fatos relatados. Neste sentido Castro (2006), entende que: “Lembrar não é apenas viver, mas refazer, reconstruir com imagens e ideias de hoje a experiência do passado” (CASTRO, 2006, apud CASTRO e RAPOSO, 2014, p. 155).

A mente humana é um “HD” externo e interno, que armazena informações na qual reportamos a ela para podermos relembrar fatos que podem nos conduzir no melhor caminho a seguir, ou mesmo para curtirmos momentos do passado. O mesmo acontece na maioria das vezes com os professores que lecionam no campo, que reportam-se a lembranças do passado

no campo, dando assim maior ênfase na influência para a sua escolha em poder continuar morando ali, e principalmente atuando na aquela região mesmo após de ter concluído a graduação e muitas vezes se consagrando em um concurso público.

Segundo Rousso (1996) apud Castro e Raposo (2014, p. 94), o fardo da memória,

É uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

Castro e Raposo (2014), reportam-se também às ideias de Gallian (1996), quando afirmam que a memória pode ser dinâmica, um processo como já antes dito, entre o passado e o presente do indivíduo em destaque, envolvendo “N” variáveis: *o consciente*, *o inconsciente* e *o supraconsciente*.

Perante isso Castro e Raposo (2014), reportam-se a referências sobre a história de vida dos docentes no campo, sobre qual o motivo da escolha da docência e dela ser no campo, levando em conta o conceito de “*Habitus*”, e comenta que *habitus*<sup>6</sup> pode ser tanto uma característica de identidade social de uma experiência biográfica como afirma Setton (2002) quanto pode ser um conhecimento e um haver, uma disposição incorporada de um agente em ação segundo Bourdieu (1989).

Segundo Castro e Raposo (2014), o status de *habitus* é formulado por vários sentidos e etapas, no qual o ser humano passa por cada uma delas. O mesmo defende a etapa de *habitus* produzida mediante a ação pedagógica familiar que é uma ação inicial onde a criança adquire os primeiros conhecimentos e constrói características empostas a elas pelos pais e sua comunidade. Segundamente, a criança passa a conviver e a incorporar o *habitus*, produzida mediação escolar onde ela passa a conviver e enxergar um novo olhar crítico de conhecimento sobre o mundo.

É nesses *habitus*, que as crianças crescem, se tornam adultos e por meio dela se reportam ao passado criando novos passos e construindo um novo presente, a ponto de poder fazer escolhas construindo o presente em cima do passado.

Com isso Dubar (1997) apud Castro e Raposo (2014, p. 164), comenta sobre Bourdieu o seguinte:

O *habitus* tende somente a produzir as estruturas das quais é o produto. Assim, as *condições de produção* são estruturas objetivas que produzem o *habitus*, situações sociais que decorrem da infância de um indivíduo. Tudo depende então das relações entre a configuração de origem e as citações

---

<sup>6</sup> Sobre “habitus” em Bourdieu ver BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

sociais vividas na idade adultas. Segundo este autor, o *habitus* não é essencialmente a cultura do grupo social de origem, mas a *orientação da família* (a “vocação” correspondente à a “orientação” da trajetória familiar), a identificação antecipada com o grupo de referência, cujas condições sociais não são da família ou do grupo de origem. Em ambos os casos, a socialização é certamente uma incorporação duradoura das formas de sentir, de pensar e de agir do grupo de origem.

Observando Nogueira e Nogueira (2006), Castro e Raposo (2014), enfatizam que há no campo, hierarquias culturais, estas na qual reforçam as camadas sociais e podem mostrar que indivíduos, onde quer que esteja a sua camada social, influenciará o seu prestígio perante a sociedade daquele lugar.

Neste contexto, Castro e Raposo (2014), observam em sua pesquisa a campo e ao longo de seus estudos sobre o contexto, que o trabalho regido no estado de Minas Gerais, mostra a atual e real semelhança com o contexto social e histórico da educação rural de nosso país, não sendo somente um caso isolado. A maioria dos professores do campo, escolhem estar ali pelo motivo do “*Elo Familiar* e do *Local*” com o seu passado de origem, seja ele recente ou não.

Este estudo constata que a maioria das vezes os docentes iniciam a docência pelo magistério e posteriormente migram para uma graduação. As salas de aula em sua maior parte são multisseriadas. Segundo os autores, a maioria dos docentes dizem que um dos motivos que os levam a permanecer na docência e no campo além do seu Elo com o local é o motivo da simplicidade dos alunos, o carinho que eles têm com os profissionais da educação, respeito, afetividade e de as turmas serem menores e boas de serem trabalhadas.

Isso pode ser observado em um trecho descrito por Castro e Raposo (2014, p. 178),

Um fato que chama a atenção, nos depoimentos, é a percepção das professoras em relação aos alunos da escola rural. Para elas, esses alunos são mais respeitosos e carinhosos. Assim, percebemos que há características da cultura rural imbricadas nessas percepções. O homem da roça é tido como “respeitoso”, “humilde”, assim este *habitus*, essas disposições, estariam sendo transferidas para os alunos ou já fariam parte do *habitus* incorporado na socialização familiar.

Neste modo os docentes, dizem se sentirem mais valorizados e situados em um patamar mais elevado de autoridade do que se estivessem trabalhando na educação “*Urbana*”. No entanto, enfatizam que muito ainda há de ser feito e construído, as estruturas devem ser melhoradas, metodologias na área da educação rural, tecnologias e o principal de todos o reconhecimento profissional dos profissionais da área pelo governo e toda esfera da sociedade.

Em Jataí, esta realidade também se efetiva na escola pesquisada. Os trabalhos feitos pelos professores em nossa região são gigantescos, o incentivo do colégio polo também, porém chegam a determinados tempos que ele fica estagnado por causa do sistema e acabam perdendo o fôlego para produzir mais e mais com os alunos, inclusive como se deve produzir em uma educação do campo. Além de que a educação do campo deveria ser diferente da educação urbana.

### **3.2 Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo: possibilidades de uma educação no campo para o campo**

Existem atualmente (2017) cursos de formação à docência, voltadas para o campo. Podemos verificar isso em Silva e Costa (2014), quando eles reafirmam isto em seu trabalho de pesquisa intitulado como “Práticas e Condições de Acesso aos Bens Culturais dos Docentes dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo da FAE/UFMG”.

Neste projeto de pesquisa os autores avaliam as primeiras turmas do Curso de Licenciatura em Educação do Campo em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este curso foi firmado em parceria com o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), e é executado pela Coordenação Geral de Educação do Campo/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/ MEC).

Neste contexto os autores apresentam resultados preliminares sobre o curso, alunos, professores e comunidade local, por meio de questionários para identificar o perfil socioeconômico e cultural de ambos e do local. Neste trabalho foi discutido também a prática de leitura, como prática social envolvendo uma série de complexos de elementos em variáveis dimensões dos campos.

Segundo Farial et al (2009) apud Silva e Costa (2014, p. 93) “O Curso de Licenciatura para a Educação Básica do Campo esforça em oferecer uma formação organicamente enraizada na cultura, no valor, nos modos de conhecer da realidade do campo e com todo o movimento que há nele”. O campo sempre foi compreendido como um espaço neutro, isolado, submisso às cidades, isto é compreendido ao longo do tempo por meio de estudos que apontam este fato, pois o campo sempre demonstrou ser considerado um local atrasado, inferior.

Segundo Silva e Costa (2014), com o passar do tempo, isso foi ganhando um novo formato significativo, a ponto de que no século XXI, o campo passou a ser a matéria prima da

economia e desenvolvimento do país. Isso se deu por motivo da industrialização e da tecnologia de ponta que chegou ao campo, devido ao capitalismo em que vivemos. Porém, ainda na área da Educação do Campo o ensino ainda continua fraco e desanimador perante o avanço no campo e do ensino dos centros urbanos, no qual em sua maioria é subordinado em sua maioria das vezes à diretrizes e currículos urbanos, sem levar em conta a precariedade das estruturas prediais e tecnológicas e de profissionais adequados.

A partir de lutas e reivindicações de movimentos sociais e sindicais no final dos anos 1990, a Educação do Campo ganhou visibilidade nacional em debates, na qual envolvem políticas públicas no Brasil.

Segundo Silva e Costa (2014, p. 188),

Buscam a partir dessas iniciativas transformar e alterar as condições observadas ao longo da história do país, qual seja, o alcance da população, que reside no campo ao acesso às condições básicas de sobrevivência, principalmente no que tange a uma escola de qualidade, com recursos adequados e com professores devidamente preparados para realizar suas funções educativas e pedagógicas nesses contextos.

Para os autores, a realidade do campo é ainda nada desanimadora, muitas exclusões sociais, ausências de políticas públicas assombram o panorama, por mais que os movimentos sociais por uma educação do campo e políticas implementadas pela Secad/ MEC, venha dar um novo olhar à alternância deste quadro.

Relatando uma pesquisa feita por Silva (2009), Silva e Costa (2014), destaca a necessidade e urgência em fomentar pesquisas que visam compreender o verdadeiro caráter da educação no campo, realizadas na atualidade brasileira. Ainda constata em Antunes- Rocha (2010), por meio de mais uma pesquisa a campo, que busca extrair e formular dados já existentes nos bancos de dados nas Secretarias Estaduais de Educação. Estas informações constituem um alicerce para um novo e atual mapeamento sobre a educação do campo no país. Neste caso, na pesquisa levantada por Silva e Costa (2014), foi feita no estado de Minas Gerais.

Neste mapeamento, constata-se taxas de escolaridades por etapas, analfabetismos, âmbito socioeconômico e cultural, social, unidades escolares, prediais, profissionais da educação, alunos e comunidade, entre outros fatores. De acordo com Silva e Costa (2014, p. 191), conforme dados da Pnad 2007,

A escolaridade média da população brasileira de 15 anos ou mais, que reside na zona rural é de 4,5 anos, ao passo de que no meio urbano na mesma faixa etária encontra-se em 7,8 anos. O nível de instrução da população compreendida na faixa de 25 a 34 anos, também corrobora o quadro de

desigualdade. Enquanto para a população urbana 52,5% tem instrução completa de nível médio ou superior, no meio rural esta condição existiria apenas para 17% da população.

Os dados indicam que tanto em Minas, como no restante do país, os dados sobre as condições de funcionamento e de estruturas das escolas rurais, quanto as suas instalações, recursos didáticos em geral são idênticos: “precários”. Os autores constataram que somente água, luz, alimentação, esgoto são os únicos bens disponibilizados em instalações educacionais rurais e urbanos em igualdade porcentual.

A amostra é que o cenário rural e urbano ainda é relativamente oposto e que o sociocultural e econômico ainda deixa a desejar, quanto mais interiorana e sertaneja for, maior será a diferença.

Segundo dados de Silva e Costa (2014), o número médio de anos de estudo de pessoas com 10 anos ou mais de idade conforme a situação domiciliar no Brasil, na área rural é de 4,5 anos e na área urbana é de 7,25 anos, isso ambos pesquisados nos anos de 2005 e 2006. Antunes- Rocha (2010) apud Silva e Costa (2014, p. 14),

Deve-se à escassez de escolas que oferecem os anos finais do ensino fundamental, o que detona que o acesso à educação básica no campo ainda se faz de modo precário e insuficiente. Situação que se manifesta também na educação infantil, quando comparados os números do atendimento para a faixa de 4 a 6 anos na área rural ele representa 66%, e na urbana 80,4%.

De acordo com os autores são inúmeros os dados que demonstram estas desigualdades de acesso à educação na sociedade brasileira. Cerca de 64% dos brasileiros estudaram somente até a 4ª série, hoje 5º ano e somente 12% são considerados analfabetos, isso considerando que falando de população rural este percentual é maior. Para Silva e Costa (2014), estes dados sobre a educação brasileira demonstram a necessidade de conhecer as práticas de leituras dos licenciados do curso de Licenciatura do Campo. Em um olhar mais sociológico, este trabalho segundo os autores buscou abordar as práticas culturais relacionadas à formação de professores da área e aos processos de socialização desses sujeitos dentro da sociedade.

Das turmas dos cursos de Licenciatura da Educação do Campo da FAE/ UFMG, 83 estudantes responderam os questionários desse total 65% são do sexo feminino, e 35%, masculino, a maioria significativa é solteira, 55%, seguida de 34% de casados e 56,6% praticantes da religião católica (SILVA e COSTA, 2014, p. 199).

Dentre os alunos do curso, nem todos são do estado de Minas Gerais, nhá alunos de outras federações do país, como por exemplo, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santos, São Paulo e Goiás. Isso destaca que apesar do curso obter em sua maior parte alunos do próprio Estado, cativa alunos de outras federações demonstrando a importância do curso e forçando a criação de novos cursos em outras universidades e federações pelo Brasil.

Observando a taxa de analfabetismo, de acordo com os autores, percebe-se que a maior parte está destinada a população mais velha e a maior parte do campo ou que conviveram em sua maior parte no campo. Isso comprova a nossa tese, em que a política educacional no campo antigamente não era tão sucinta e destinada a população rural. Segundo Silva e Costa (2014), o perfil dos estudantes construídos ao longo desta pesquisa indica que a maioria convive ou conviveu diariamente no meio do campo. É preciso destacar a diferença significativa entre o urbano e o campo, entre as demandas tecnológicas, infraestruturas educacionais, práticas pedagógicas e curriculares adequadas a cada uma e para formação adequada dos profissionais destinados ao meio. Para os autores, a prática de leitura no campo, acesso a informações por meio de jornais e revistas folháveis e digital são raras, isso se destaca pelo fato das condições a estes acessos serem dificultados por faltas de bibliotecas e internet.

No entanto destaca-se que as práticas culturais, saberes e experiências dos acadêmicos trazem a efetiva possibilidade da construção de uma verdadeira educação do campo e para o campo com estes alunos-docentes. Os acadêmicos trazem para os cursos de formação, e são repertórios que devem ser levados em conta quando se trata de formular currículos e práticas de formação afirmam Silva e Costa (2014)

### **3.3 O ensino de Ciências da Natureza efetivado nas extensões rurais em Jataí**

O trabalho aqui apresentado mostra a realidade da educação rural no município Jataí-GO, situado no Sudoeste Goiano. Procuramos representar o trabalho feito nas disciplinas de Ciência da Natureza, nas disciplinas que a compõe: Biologia, Física e Química, no entanto, como os professores destas disciplinas atuam em diversas áreas analisou-se também a atuação de um professor que atua em matemática. Vale ressaltar, que neste estudo, também é retratado quais escolas estão presentes no campo e como suas condições de trabalhos, formações dos professores e as disciplinas que atuam nas escolas rurais dentre outros pontos.

As escolas rurais são mantidas pelo governo municipal de Jataí que fornecem uma educação formal desde a educação infantil (Jardim I ao 5º ano do ensino fundamental I), além



de todos os funcionários da limpeza, vigilância, secretaria, enfim, todos os servidores administrativos estão vinculados à Secretaria de Educação do Município. Em algumas destas escolas, há uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Estadual de Educação / Regional de Jataí, para que estas escolas ofereçam mais opção de ensino a seus alunos após o 5º ano. Com esta parceria surge a possibilidade da oferta do ensino fundamental II e Ensino Médio em algumas destas escolas rurais municipais. De modo, que nessa parceria, o Estado cede professores, coordenadores, material didático para os alunos e professores e também alimentação, de modo que estes alunos são matriculados em um Colégio Estadual da cidade. Neste caso, o Colégio Estadual “Alcântara de Carvalho”, é a matriz dessas extensões rurais, e toda a documentação dos alunos está vinculada a este colégio citadino e os professores modulados nele. Tem-se então que os alunos frequentam uma escola rural, no entanto são “pertencentes” a um colégio situado na cidade.

Desta forma foram verificadas as escolas contidas no meio Rural de Jataí GO no ano de 2017 com ensino fundamental II e médio as quais todas pertencem a uma mesma extensão: Colégio Estadual Alcântara de Carvalho conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Escolas Rurais de Jataí- GO em 2017.

**ESCOLAS RURAIS DE JATAÍ- GO- 2017.**  
**Extensões do Colégio Estadual Alcântara de Carvalho).**

| <i>ESCOLA</i>              | <i>ENSINO<br/>FUNDAMENTAL II</i> | <i>ENSINO MÉDIO</i> |
|----------------------------|----------------------------------|---------------------|
| <b>Boa Vista</b>           | X                                | X                   |
| <b>Campos Elísios</b>      | X                                | X                   |
| <b>Clobertino Naves</b>    |                                  | X                   |
| <b>Maria Zaiden</b>        | X                                | X                   |
| <b>Professor Chiquinho</b> | X                                | X                   |
| <b>Romoalda de Barros</b>  |                                  | X                   |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em nos dados de 2017 na SER.

Na Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás situada no município de Jataí, obtivemos a seguinte resposta da servidora que trabalha diretamente com as extensões escolares do campo entre a parceria estado-município, sobre a pesquisa de campo. De forma que podemos descrever alguns pontos relacionados sobre a qualificação dos servidores que atuam com Ciências da Natureza:

✓ No momento as propostas pedagógicas do ensino rural no Estado e no município de Jataí, ficam à mercê de uma proposta própria, voltada para o meio. No entanto eles, utilizam os mesmos professores e as mesmas propostas pedagógicas e matriz curricular dos cursos que são voltados para o ensino urbano. Onde, fica cargo de cada professor profissional da área aperfeiçoar sua metodologia adequada para aquele meio rural e para os alunos, vejamos que eles são diferentes dos da zona urbana e na qual as infraestruturas deixa e desejar e por outro lado eles tem uma vantagem no que se respeita a trabalho de campo na qual se envolve o meio ambiente.

✓ No Estado e no município não há qualificação específica para todos os servidores que compõe a planilha da educação no ensino rural.

✓ Para o ano de 2018, está sendo criada uma superintendência no Estado voltada para educação no ensino rural e quilombola. (Porém, não conseguiram dar em detalhes sobre como ela vai se portar, pois é um projeto piloto).

Foram verificadas as formações dos professores que atuam no campo, obtendo os seguintes dados nos quais estão contidos na tabela 2.

Tabela 2: Docentes que atuam na zona Rural de Jataí- GO.

| <b>Docentes que atuam nas escolas rurais de Jataí-GO na área de Ciências Naturais e Matemática</b> |                                           |                 |                                       |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------|
| <b>Disciplina</b>                                                                                  | <b>Professores em atuação<sup>7</sup></b> | <b>Formação</b> | <b>Campo de atuação institucional</b> |
| <b>B<br/>I<br/>O<br/>L<br/>O<br/>G<br/>I<br/>A</b>                                                 | Biologia 1                                | Biologia        | Campos Elísios/ Professor Chiquinho   |
|                                                                                                    | Matemática 1                              | Matemática      | Romoalda de Barros                    |
|                                                                                                    | Biologia 2                                | Biologia        | Clobertino Naves                      |
|                                                                                                    | Biologia 3                                | Biologia        | Clobertino Naves                      |
|                                                                                                    | Química 1                                 | Química         | Professor Chiquinho                   |
|                                                                                                    | Química 1                                 | Biologia        | Boa Vista                             |
|                                                                                                    | Química 2                                 | Química         | Maria Zaiden                          |
| <b>F<br/>Í<br/>S<br/>I<br/>C<br/>A</b>                                                             | Física 1                                  | Física          | Professor Chiquinho                   |
|                                                                                                    | Química 3                                 | Química         | Campos Elísios                        |
|                                                                                                    | Física 2                                  | Física          | Maria Zaiden                          |
|                                                                                                    | Física 3                                  | Física          | Boa Vista                             |
|                                                                                                    | Biologia 2                                | Biologia        | Clobertino Naves                      |
|                                                                                                    | Matemática 1                              | Matemática      | Romoalda de Barros                    |
| <b>Q<br/>U<br/>Í</b>                                                                               | Biologia 1                                | Biologia        | Campos Elísios                        |
|                                                                                                    | Química 2                                 | Química         | Campos Elísios                        |
|                                                                                                    | Matemática 2                              | Matemática      | Romoalda de Barros                    |

<sup>7</sup> A fim de preservar a identidade dos docentes que atuam nas escolas rurais pesquisadas optou-se por identificá-los pela área de formação acrescidos da unidade sequencial pelo número de docentes na área.

|                            |            |          |                     |
|----------------------------|------------|----------|---------------------|
| <b>M<br/>I<br/>C<br/>A</b> | Biologia 5 | Biologia | Clobertino Naves    |
|                            | Biologia 2 | Biologia | Clobertino Naves    |
|                            | Biologia 3 | Química  | Professor Chiquinho |
|                            | Biologia 4 | Biologia | Boa Vista           |
|                            | Química 1  | Química  | Maria Zaiden        |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em nos dados de 2017 do Colégio Alcântara.

Foi realizada a pesquisa de campo, no município de Jataí- GO, entre as extensões do Colégio Estadual “Alcântara de Carvalho”. Os dados foram coletados por meio de questionário enviado à coordenação pedagógica do Colégio Alcântara de Carvalho, responsável pelas extensões do ensino médio rural que também disponibilizou os planos de curso das disciplinas de Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia), ressaltamos que no ano de 2017, o Colégio Estadual Alcântara de Carvalho era o único a ter extensões na educação rural de Jataí.

A coordenação da mesma, orientou a procurar os próprios professores das áreas e extensões por meio de e-mail, fone e redes sociais para conseguirem os devidos planos de aulas, pois eles não teriam como repassar a mesma. Na qual, foi feito um pedido formalmente e entregue a eles por meio dos endereços eletrônicos repassados. As extensões constam com cerca de onzes profissionais que atuam nas disciplinas de Ciência da Natureza, destes onzes professores contatados apenas cinco forneceram planos de aula para realização deste projeto. 54,54% não responderam a mensagem encaminhada. Porém, destes cinco professores, no qual enviaram seus planos, um deles não foi analisado, pelo motivo dele ter se enganado e mandado um plano de matemática no lugar de Química e Biologia, na qual ele também leciona (por motivo de falta de contato “férias”, não conseguimos entrar em contato para pedir o plano corretamente).

Os planejamentos são feitos quinzenalmente, no sistema educacional do estado online denominado como Sistema Administrativo e Pedagógico (SIAP). Este sistema oferece os recursos para os professores fazerem seus planos de aulas, lançarem notas e faltas, assim não precisa ter os cadernos de faltas e notas além de planos, ambos para registros. Os planos de aula foram realizados durante todo o ano letivo de 2017 e retirado fragmentos de algumas partes para salientar como são constituídos os planos de aula de uma escola rural. O modelo de plano de aula é único para todos os professores da rede estadual e conta nele já pronto os eixos temáticos de cada bimestre, expectativas de aprendizagem do aluno, além de dar opções de metodologias e formas de avaliação na qual o professor escolhe a qual vai seguir naquela

aula. Neste, o professor pode montar seu plano da melhor forma possível sem sair do currículo referencial de cada disciplina que é fornecida pelo Estado neste modelo padrão.

Analisou-se cinco planos de aula de diferentes disciplinas das Ciências da Natureza, e destes cinco planos analisados foi composto do quadro de quatro professores das extensões destas disciplinas, sendo três planos analisados de Física, um de Química e um de Biologia. Entre os planos analisados temos, a professora Biologia 4, ela é licenciada em Ciências Biológicas e lecionou tanto Biologia, quanto Química no ano letivo de 2017. Além, de seus planos de aulas estarem on-line ela utiliza rascunhos de seus planos nos cadernos para se orientar nas aulas se precisar. Por exemplo, em Biologia, na qual é a sua formação de origem, na turma do 1º ano do ensino médio, foi trabalhado em sala de aula em uma aula do 4º Bimestre:

#### Quadro 1 – Aula de Biologia

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>- Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Histologia Animal</li> <li>• Histologia Vegetal</li> </ul> <p>Dentro do eixo temático de identidade dos seres vivos, descreveu brevemente os significados, mostrando as expectativas de aprendizagem dos alunos.</p> <p>-Expectativas de aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os tipos de tecidos que compõem os animais e vegetais, bem como suas funções;</li> </ul> <p>- Metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aparelho de recursos didáticos como multimídias com slides referentes aos assuntos abordados, explicação pelo professor e anotação no caderno pelo aluno.</li> </ul> <p>- Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contínua e prática.</li> </ul> <p>Dentro do plano, contido no caderno ela explicita os livros que irá utilizar em sala e as páginas, além de quais exercícios a serem propostos. Este modelo de plano, acontece em todas as disciplinas dela em todas as turmas e bimestres, só altera os conteúdos e a forma metodológica de cada aula.</p> <p>Podemos observar uma outra disciplina em que dá aula, a disciplina de Química nas turmas dos 2º e 3º ano respectivamente, na qual não é sua formação atual. No 2º ano do ensino médio, ela utiliza em sua:</p> <p>- Metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos multimídias e utiliza uma aula explicativa argumentativa sobre os fenômenos da Cinética da Química, mostrando seus produtos e ações nas quais praticamos em nosso dia a dia as vezes sem mesmos percebermos. Ao final definiu subtítulos do livro para os</li> </ul> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

alunos estudarem e apresentarem.

Fica muito claro a falta de um laboratório, para as práticas ministradas pelos docentes aos seus discentes, para melhor eles compreenderem, porém ela adapta a aula como se pode;

Avaliação:

- Contínua e prática.

Observa-se no 3º ano que, ela trabalho muito seminários, trabalhos em ambas as disciplinas. Um fato que me chamou a atenção e ela por trabalhar nesta turma ambas as disciplinas de Biologia e Química é que em Química o conteúdo trabalhado no 4º Bimestre foi:

-Conteúdo:

- Energia Nuclear. Benefícios e Impactos Ambientais;

-Expectativas de Aprendizagem:

- O aluno terá capacidade de assimilar os fatores positivos e negativos da energia nuclear, assim como os impactos ambientais em nossas vidas;

-Metodologia:

- Aula expositiva e explicativa juntamente a interdisciplinaridade de Biologia. E através de Seminários pelos alunos;

-Avaliação:

- Prática e Contínua.

Fonte: Dados retirados dos planos de curso dos docentes.

Verificou-se o plano de aula, no qual segue a matriz curricular definida pelo Estado e mesmo atual em uma escola rural na disciplina de Biologia não há indícios de associação do espaço social e ambiental daquela determinada região da comunidade com o conteúdo da sua disciplina específica. Assim, dando um maior valor ao ensino rural além de elevar os seus conhecimentos por desfrutar de algo em que estar em suas mãos, bem mais que os alunos urbanos.

Foi observado os planos de aulas do professor Física 3, este licenciando em Física pela UFG atua somente na área em formação. Percebe-se que ele utiliza somente o plano de aula online feito no SIAP e não utiliza nenhum outro recurso para adaptar suas aulas ao espaço rural. Segundo ele, o plano de aula é feito para se orientar em ministrar a aula e quando preciso, imprime ou utiliza algum dispositivo eletrônico para acessar o plano ou um rascunho do mesmo na qual parte dele é colocado no quadro negro. Para Física 3, as metodologias, avaliações e expectativas de aprendizagem dos alunos são as mesmas feitas para lecionar nas cidades.

### Quadro 2 – Aula de Matemática

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Aula 01, 1º ano 1º Bimestre:</p> <p>-Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leis de Newton e suas Aplicações;</li> </ul> <p>-Expectativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreender o conceito de Inércia;</li> </ul> <p>-Metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aula expositiva;</li> </ul> <p>-Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em sala de aula.</li> </ul> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Dados retirados dos planos de curso dos docentes.

Percebe que ele é bem breve no que descreve. Em seu plano não incrementa nada a mais para poder dar um maior entendimento sobre o que irá ministrar durante a aula.

Foi observado as aulas da professora Física 1, esta que é licenciada na própria área e além da disciplina de física ela leciona matemática. Encontramos em seus planos, muitas semelhanças com alguns professores citados acima, ela utiliza o plano de aula feito pelo SIAP, porém imprime e guarda em portfólios. Em seus planos, ela utiliza conteúdos já inseridos no SIAP, só organizando qual conteúdo a seguir corretamente sem fugir dos eixos temáticos de cada bimestre, a expectativa de aprendizagem, são as mesmas fornecidas pelo SIAP. As suas Metodologias e Avaliações, além de utilizar as cedidas pelo SIAP a mesma específica claramente como serão ocorridas as aulas e o meio de avaliação explícito.

### Quadro 3 Aula de Física 1

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Como Exemplo no 3º ano do ensino médio:</p> <p>- Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Campo magnético, ímãs, força e Indução magnética;</li> </ul> <p>- Expectativas de Aprendizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar os impactos em ambientes naturais decorrentes de atividades sociais ou econômicas.</li> </ul> <p>Compreender o conceito de onda eletromagnética e suas aplicações.</p> <p>- Metodologia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os alunos irão responde uma lista de atividades elaborada pelo professor. Objetivo da Aula: Reconhecer as propriedades de um ímã. Fonte: Arquivo Pessoal.</li> </ul> <p>- Avaliação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação escrita e Contínua.</li> </ul> <p>Em uma outra turma do 2º Ano do ensino médio observamos a seguinte:</p> <p>- Conteúdo:</p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

- A física das cores fenômenos relacionados à luz visível como: reflexão, refração, absorção, dispersão, interferência, difração e polarização;
- Expectativas de Aprendizado:
  - Compreender o funcionamento básico dos instrumentos ópticos simples: lupa, olho, microscópio e telescópio;
- Metodologia:
  - Objetivo da Aula: Compreender o eclipse lunar e solar. Continuar resolvendo atividades da aula anterior, da xerox da Pag.190 do livro (ser protagonista) Fonte: AURELIO GONÇALVES FILHO (São Paulo). FÍSICA: INTERAÇÃO E TECNOLOGIA. Volume.02. 02 ed. São Paulo: Leya, 2016;
- Avaliação:
  - O aluno será avaliado quanto a sua participação durante a resolução das atividades, na participação efetiva e nos questionários inerentes ao mesmo.

Fonte: Dados retirados dos planos de curso dos docentes.

Observando estes planos, e tendo em vista que a professora expressou-se ao comentar que a maioria das aulas são construídas neste formato, verificou-se também a não adequação aos temas e espaços de uma escola rural. A dificuldade maior enfrentada é, segunda a professora, ter um espaço adequado para laboratório.

Foram analisados os planos de aulas de um outro professor Física 2, licenciando em Física pelo IFG, onde além de física leciona matemática também, este professor ele diz, que os alunos da fazenda são totalmente diferentes da cidade, caso fosse para cidade eles saberiam acompanhar o mesmo ritmo dos alunos urbanos, porém ele vê, que estes alunos por serem diferentes e estarem em uma escola no meio rural com baixa infraestrutura, merecem algo mais diferenciado, voltado ao meio rural. Ele além de repassar seu conhecimento para os alunos, constrói oficinas, experimentos de baixo custo para substituir os grandes experimentos de laboratório e tenta associar seu conteúdo com o dia a dia deles no meio rural, sócio ambiental. O professor ele utiliza seus planos para ministrar a aula e quando preciso tê-los em mãos ele obtém por meio do sistema do SIAP, seja ele pela internet, salvo em download ou impresso e contido em um portfólio.

#### Quadro 4 Aula de Física 2

- Conteúdo:
  - Utilizar as Leis de Newton para resolver problemas significativos do cotidiano, compreendendo alguns equipamentos físicos;
- Expectativa de Aprendizagem:
  - Leis de Newton e Suas Aplicações: Ao final o aluno terá uma breve compreensão e iniciativa

para identificar e compreender os conceitos das Leis de Newton;

- Metodologia:

- Aula expositiva, explicativa prática. Materiais Metodológicos: Quadro Negro, Sala de aula, Livro didático, Mola, Tabua, Pregos e um pedaço de madeira;

- Avaliação:

- Avaliação contínua e Prática. Bibliografia: GUIMARÃES, O; PIQUEIRA, J; CARRON, W. Física 1. Volume. 1. 1º Ed. São Paulo: Ática, 2013.

Fonte: Dados retirados dos planos de curso dos docentes.

Observando suas aulas pelos planejamentos verifica-se que ele gosta de levar algo para sala de aula referente ao conteúdo que chame a atenção dos alunos. Segundo o professor ocorreu em uma aula que para explicar fenômenos relacionados ao conteúdo de termodinâmica ele levou três vasilhas de águas com diferentes temperaturas, na qual em sua explicação em sala sobre o que é Calor, e Temperatura. Ele utilizou, estas águas para mostrar aos alunos por meio de uma metodologia de aula expositiva, dialogada e prática, que o nosso senso comum de tato é completamente diferente e oposto um do outro e então a nossa definição sobre o que é calor é completamente errada: o quão quente ou o quão frio pode ser opostos para um e para outro. Onde ao o certo de se dizer é que a temperatura em que se encontra é a mesma visto por qualquer um e compreendida através das escalas termométricas definidas por meio do Sistema Internacional de Unidades de Medida (SI). A sua avaliação dessa aula foi uma avaliação prática e contínua.

Podemos ver também, por exemplo, nesta aula do 3º ano no Quadro 5:

#### Quadro 5 aula de Física 2

- Conteúdo:

- Bobinas, campo Magnético, ímãs, força e indução magnética.

Habilidades: Ao final o aluno terá uma breve compreensão e iniciativa para identificar e compreender melhor os conceitos de campo magnético, eletromagnéticos, ímãs e suas propriedades ferromagnéticas. Observando suas aplicações em nossas vidas;

-Expectativa de Aprendizagem:

- Compreender o princípio de produção de eletricidade a partir do magnetismo e suas aplicações;

- Metodologia:

- Aula expositiva, explicativa e prática. Materiais Metodológicos: Quadro Negro, Sala de aula, Livro didático, ímã fio de cobre e limalha de ferro;

- Avaliação:



- Avaliação contínua e Prática. Bibliografia: GUIMARÃES, O; PIQUEIRA, J; CARRON, W. Física 3. Volume. 1. 1º Ed. São Paulo: Ática, 2013.

Fonte: Dados retirados dos planos de curso dos docentes.

Percebe-se que a maioria dos professores que lecionam os conteúdos de Ciência da Natureza (e matemática) nas escolas rurais em Jataí, eles muito vezes questionam a questão da distância, da infraestrutura e colocam empecilhos para fazer uma aula diferente, proporcionada a aqueles alunos da aquela determinada região.

O certo é que aqueles alunos, são alunos diferente sim, mas não menos importantes que os alunos das cidades. Eles são diferentes por estarem em um ambiente socioeconômico e ambiental diferente, mas a sua educação tem que ser do mesmo nível e patamar, apesar de que as políticas educacionais públicas voltadas para a educação do campo estão defasadas os profissionais têm e devem fazer com que para proporcionar a estes alunos o melhor e a partir daí chamar a atenção dos políticos por meio de uma nova visão de ensino do campo.

Um detalhe que chama a atenção é que nem sempre plano de aula condiz como será a aula ministrada. Por exemplo, professores licenciados em uma área e lecionando em outra, seus planos podem estar perfeitos (se comparado à legislação) por ele ter uma fonte segura da matéria, dos conteúdos, metodologias e tudo mais, porém não se adequam aos alunos ou mesmo aos espaços. Se este pensamento já não é válido no âmbito geral na educação, imagina para a educação rural que é completamente diferente educação clássica que conhecemos que é a urbana.

No ano de 2017, o apoio do Estado, segundo a direção da escola: “deixou e muito a desejar no apoio as extensões” visto que apenas cederam os professores. Todo material de limpeza, material didático para ensino fundamental, materiais de ofícios para professores e secretaria, alimentação são fornecidos pela prefeitura. Um dos motivos que observa-se, a falta de material didático aos alunos é que são seis extensões (Tabela 1) vinculadas a um único colégio polo o qual não suporta a necessidade de vários materiais ao mesmo tempo, tendo em vista que eles possuem ainda, suas próprias turmas situadas na cidade.

Analisar a realidade das escolas rurais que ofertam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio rurais no município de Jataí por meio do convênio Município / Estado nos possibilitou perceber a diferença existente entre educação do campo e educação rural. As escolas de Jataí situadas no meio rural, são de origem rural, porém ofertam uma educação urbana inserida no campo como se fossem unidades escolares urbanas.

A maioria dos professores, alunos e demais profissionais que trabalham nestas escolas acordam entre 3h e 4h da manhã para poderem ir lecionar, trabalhar e estudar, fazem um percurso de até 150Km ou além para chegar às 7h da manhã e começar o dia letivo, muitas vezes enfrentam perigos e obstáculos nas estradas e rodovias da região, com transportes ruins e inadequados. Estes aspectos afetam o desempenho da educação, porém ainda é mais eficaz do que tirar os alunos do campo e levá-los para cidade, seja de mudança ou diariamente. Neste sentido, a orientação aos professores, é formular metodologias que possam avaliar estes alunos de uma forma diferente a ponto de trazê-lo ao seu lado e proporcionar uma evolução em seu conhecimento e aprendizagem.

Um exemplo disso é a escola onde atuo, e me levou a realizar este estudo e concluir este trabalho. Uma escola da própria região de Jataí, para a qual o motorista que transporta os professores e alunos. Todos levantam entre 3h / 4h da manhã, os professores começam a serem buscados na porta de sua casa minutos após, percorrendo muitos caminhos dentro da cidade até saírem de fato com destino à unidade escolar.

A maioria das salas de aulas é enxuta e dá para realizar ótimo trabalho, porém ficamos a mercê de algumas infraestruturas prediais, laboratoriais, coordenação que neste ano que se passou de 2017 não teve, onde tivemos apoio pedagógico vindo do município, além de um seguimento próprio ou curso oferecidos aos profissionais do campo de como lecionar no campo e para o campo. Vale ressaltar que os professores dos municípios ganham um bônus de 30% do salário por estar atuando no campo. Este bônus não foi cogitado hora algum aos professores da rede estadual. De forma que para o ano de 2018, os mesmos sonham com esta novidade, vista que foi criada pelo estado uma nova secretária que gerencia o ensino rural e do campo, calungas, indígenas e entre outros.

- Para o ano de 2018 está previsto um acréscimo de 3 à 4 escola na qual ganharão extensão do estado para ensino fundamental e médio;
- A princípio todas continuarão sendo extensões do Colégio Alcântara, porém poderá haver mudanças;

Segundo falas de uma coordenadora do colégio extensão sobre os dados recolhidos ela diz o seguinte:

- ✓ “- A maioria dos professores de nossa Unidade Escolar, que atuam como regentes das disciplinas de Ciência da Natureza, a maioria são biólogos ou graduados em biologia;
- ✓ No estado, o currículo e os conteúdos programáticos da “educação rural”, são os mesmos da “Educação Urbana”, não há uma (especificidade), digo, peculiaridade para a

zona rural, que saibamos até o momento. No qual ocorre é uma orientação específica da Coordenação Pedagógica, em que as metodologias sejam adequadas à situação real de cada turma, de cada aluno, pois a Unidade tem várias extensões rurais, algumas pelo período matutino, onde sabemos que alguns alunos acordam às 04h para estarem às 07h na escola, para esses alunos, o olhar precisa ser diferenciado e as metodologias adequadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é um ser racional na qual se destaca dos demais seres, tendo a perspicácia de pensar, falar e agir corretamente sem ser movido por um impulso, igual os demais seres vivos. O homem ele é capaz de se evoluir de uma maneira surpreendente, a cada momento que sua ação é desenvolvida ele evolui, uns mais e outros menos, alguns evolui não somente com acerto, mas sim com derrotas como forma de exemplo a superar, outros somente com acertos e permanecem estagnados quando algo não fluiu como esperado. Mas, o que faz o ser humano evoluir, nada mais é do que a capacidade de trabalho. Quando o ser humano reforça a necessidade de trabalhar ele estimula o seu ego, o seu raciocínio de querer fazer o melhor e dar o melhor de si, superando desafios e obstáculos.

Com o professor não é diferente, a consciência e consistência da docência faz o profissional da educação evoluir, não somente como pessoa mas sim como um ser humano e profissional, ele está junto evoluindo uma das maiores e mais queridas profissões que é a de educador. Quando um educador evolui, a educação evolui junto e quem só tem a ganhar com isso é a sociedade. No mundo a educação é tudo e no Brasil não é diferente, tem e deve estar entre os primórdios dos objetivos da sobrevivência e evolução.

Porém, sabemos da dificuldade em que estamos passando em nosso país, esta que requer cuidados especiais e nada melhor para sair de uma crise que utilizando a educação para a futura e atual geração. Um ponto em que implica muito no desenvolvimento da educação são as políticas públicas estas que desde o descobrimento do Brasil, esta associada a políticas. Quando falamos em educação rural e do campo, não fugimos da realidade política e sim necessitamos e muito dela para a nossa evolução, esta qual em paralelo com a educação urbana estamos bem atrás, desde o que se compete a infraestruturas prediais, educacionais voltada para a área da região, material didático.

A educação rural e do campo, ganhou uma evolução até significativa a partir da década de 1990, com o auxílio de CF/88, movimentos sociais, sindicais e de algumas entidades públicas e privadas que enxergaram que o Ensino Rural e do campo, necessitava e necessita de um olhar completamente diferente e inovador para aquela comunidade, onde dava para se perceber o tamanho da lacuna que deveria e deve ser preenchida até atingir a igualdade da Educação Urbana. Deixando para trás, a história e fantasma de uma educação rural atrasada, onde era esquecida e mal falada, de escolas abandonadas, simples e multigeradas.

A educação rural e do campo tem e deve ser enxergado como uma educação diferenciada, e não uma educação qualquer, idêntica e similar à da cidade, pois o seu público alvo é completamente diferenciado do público urbano. Como os grandes centros e pequenos, o meio rural vem se evoluindo e ganhando ênfase na economia e desenvolvimento socioeconômico do país. O Sudoeste Goiano é um dos maiores polos da economia nacional, graças a sua força na agropecuária e agroindustrial. Na cidade de Jataí-GO, situada no Sudoeste Goiano, possui uma força imensa no PIB nacional, fazendo com que a mesma seja conhecida como um dos polos das capitais da “agroindústria, agropecuária e agronegócios”.

Novamente segundo dados obtidos na Subsecretaria Regional de Educação de Jataí e no colégio polo, na cidade, as escolas rurais são todas fornecidas pelo município, juntamente ao fornecimento do Ensino Fundamental I, porém o fornecimento do Ensino Fundamental II e Ensino Médio fica a parte do estado, este que conta com uma única extensão do Colégio Estadual “Alcântara de Carvalho”, situada na cidade de Jataí, o estado também fornece ao município, o auxílio de coordenadores, professores, materiais didáticos e alimentação aos mesmo. De modo que em nossa tabela I, preocupamos em apresentar somente os dados das escolas em que o estado faz parte na administração de seus alunos, que são os Ensino Fundamental I e Ensino Médio.

No entanto o ano de 2017, não foi bem assim, o que se viu do estado ajudando na educação do campo foi somente com profissioanis da educação (Docentes) e alguns materiais didáticos como livros, os demias pontos ficaram somente nos papaias. Estes profissioanis que são de mãos de obras qualificados, que procura desempenhar seu papel para uma educação excelente, levando em conta as dificuldades encontradas nos meios. As infraestruturas de uma escola de Ensino Fundamental I é completamente diferente do Ensino Fundamente II e Médio, onde nescessita de laboratórios, salas maiores, materiais didáticos e entre outros.

Verificando estes fatos, obtidos na subsecretaria e no colégio polo, observamos que o nosso publico alvo é diferente, são filhos de empregados que estão ali na região em busca de um melhor emprego e qualidade de vida, ou que são filhos de pequenos agricultores familiar e produtores rurais, nos quais os proprios filhos tendem ao fim dos estudos permanecer ali. Hoje, as tecnologias chegaram e dominaram o campo e para assegurar uma eficacia no desenvolvimento do campo, nescessita de uma mão de olha qualificada, esta que não precisa vir de fora e sim, produzir ela ali, com uma educação de alto nível, qualificada para atender a sua região, a sua comunidade, não somente ensinando uma educação única dos grandes centros inceridas no meio rural ou para o meio rural. Este que de fato deva ter os mesmos

primórdios e qualidades de uma educação que se obtém nas cidades, que o aluno do campo possa ter direito a uma infraestrutura de qualidade, laboratórios descentes, uma alimentação saudável, professores de ponta qualificados para atender as necessidades específicas da aquela região, tudo em prol de repassar a estes alunos mais que um ensinamento e sim aprendizagem para toda a vida, fazendo que eles não sejam somente alunos e sim estudantes, que ao chegar em casa seja capaz de reproduzir e aperfeiçoar o que foi obtido dentro da sala de aula pelos seus mestres. Que a Educação do Rural e do campo seja voltada as grandes lutas e necessidades específicas sem fugir da realidade da região, da comunidade.

Observando as áreas das ciências da natureza, esta que contempla o ensino de Ciências na educação básica: o ensino de Biologia, Física e de Química no ensino médio da educação básica brasileira, verifica-se que estas são umas das principais disciplinas voltadas para o campo, na qual faz presente os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Agronegócio, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Licenciatura (esta que requer de profissionais voltadas para uma educação de qualidade da aquela região), Engenharia de Produção, Análises e desenvolvimentos de Sistemas e vários outros cursos superiores e técnicos que fazem presente em nosso dia a dia no campo, onde é mais fácil capacitar e profissionalizar jovens que ali já estão inseridos, que conhecem bem a realidade da região, do que trazer de fora, gerando uma mão de obra bem maior e mais cara.

Percebe-se o quanto estamos a mercar das políticas públicas, temos muito o que melhorar ainda e a lutar, já evoluímos bastante, mas temos muito o que evoluir ainda até atingir uma qualidade digna na educação rural e do campo.

Com isso, necessitamos que os docentes destas áreas se aperfeiçoem a uma educação rural e do campo, que eles possam ter uma melhor condição de trabalho a isso, com laboratórios dignos de informática e ciências, infraestruturas de qualidade e ponta igual a dos grandes centros, além de um curso voltado a docência no campo para educação rural e do campo, onde o professor possa aprender a história e origem dessa educação e de cada região e comunidade que ele está inserido.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mara Sandra de. **Escolas rurais e trabalho docente: a atuação em ciências e em matemática.** (Dissertação). Mestrado em educação para Ciências e Matemática. Jataí- GO: IFG, 2014.
- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Da educação rural à educação do campo: construindo caminhos. In.: CARVALHO, Carlos Henrique de; CASTRO, Magali de (Org.). **Educação rural e do campo.** Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. v. 2.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores(as) do campo. v. 27, n. 72. Campinas- SP: **Cad. Cedes**, 2007.
- BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. Educação do campo: referenciais teóricos em discussão. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.) **Educação para o campo em discussão: reflexões sobre o programa escola ativa.** São José: Premier, 2011.
- BEZERRA NETO, Luiz . A difícil, mas necessária relação entre os movimentos sociais e a universidade: “educação e movimentos sociais: práticas pedagógicas, desafios e novos rumos”. In.: BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos; LEITE NETO, José. **Na luta pela Terra, a conquista do conhecimento.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- BORBA, M. C.; PENTEADO, M. G. **Informática e educação matemática.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em 25 nov. 2017.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 25 nov. 2017.
- \_\_\_\_\_. Dados Estatísticos – Censo Demográfico por Região. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/panorama>>. Acesso em 27 de dez. de 2017.
- \_\_\_\_\_. Decreto 53.876, de 2 de abril de 1964 - Dispõe sobre as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para os assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República. Acesso em: 31 mar. 2017.
- \_\_\_\_\_. ESCOLA ATIVA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-ativa>>. Acesso em 02 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Acesso em 03 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, 1971. Acesso em 03 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acesso em 31 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB, 01 de 03 de abril de 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Acesso em 31 mar. 2017.

CASTRO, Magali de e RAPOSO, Lucy Rosane de O. V. Memórias e docência: estudo sobre a permanência de professor em escolas rurais. In.: CARVALHO, Carlos Henrique de; CASTRO, Magali de (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. v. 2.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CASTRO, Magali de. Discussões sobre as dimensões da educação rural: notas preliminares. In.: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. 2 v

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. **As dimensões da educação do campo**. Taubaté- SP: Universidade de Taubaté, 2016.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Trad. e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d. (Coleção Biblioteca de Educação), 1978.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 5ª ed. SP: Cortez, 1999

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÁS. Lei 18.320, de 30 de dezembro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação do Campo e dá outras providências. Acesso em 31 mar. 2017.

MEDRADO, Carlos Henrique de S. Prática pedagógica em classes multisseriadas. **Entrelaçando Revista Eletrônica de Culturas e Educação** N. 6 • V.2 • p. 133-148 • Ano III (2012) • Set./Dez. Caderno Temático V Educação, Escolas e Movimentos Sociais do/no campo.

MOURA, Terciana Vidal e SANTOS, Fábio Josué Souza dos. A pedagogia das classes multisseriadas: uma perspectiva contra hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. **Debates em Educação**, v. 4, n. 7, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/viewFile/658/403>>. Acesso em 3 maio 2017.

PESSOA, Jadir de Moraes. Extensões do rural e educação. In.: PESSOA, Jadir de Moraes (Org.). **Educação e ruralidades**: Goiânia: Editora UFG, 2007. p.13-28.



RECK, Jair; CARVALHO, Raquel Alves de. **Fundamentos teóricos e práticos da Educação do campo I e II**; Especialização em Práticas Pedagógicas na Educação do/no campo. 1. ed. Cuiabá- MT: EdUFMT, 2014.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia**, n. 4, Ribeirão Preto, fev./jul.,1993. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1993000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003)>. Acesso em 31 mar. 2017.

RODRIGUES, Silvaci Gonçalves Santiano. **Caracterização das escolas localizadas no campo na Microrregião de Iporá- GO**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) e (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás. Campus de Jataí, 2014.

SANTOS, Rita Luciene Marques S. dos. Escolaridade das classes populares e do campo: reflexões sobre a experiência de uma assentada da reforma agrária. In.: BEZERRA NETO, Luiz; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos; LEITE NETO, José. **Na luta pela Terra, a conquista do conhecimento**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

SILVA, Maria Vieira e SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. Políticas educacionais para a educação do campo: perspectivas curriculares em debate. In.: CARVALHO, Carlos Henrique de; CASTRO, Magali de (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. v. 2.

SILVA, Santuza Amorim da e COSTA, Vânia Aparecida. Práticas e condições de acesso aos bens culturais dos estudantes dos cursos de licenciatura em educação do campo da FAE/UFMG. In.: CARVALHO, Carlos Henrique de; CASTRO, Magali de (Org.). **Educação rural e do campo**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2014. v. 2.

SOUZA, Roberta de Moraes Jesus; BARBOSA, Stefane de. História e memória das escolas rurais que foram desativadas no sudoeste de Goiás (1969-2011). **Anais Jornada Histedbr.**, 2014. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada11/artigos/10/artigo\\_simposio\\_10\\_913\\_roberta@faculdadeobjetivo.com.br.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/10/artigo_simposio_10_913_roberta@faculdadeobjetivo.com.br.pdf)>. Acesso em 31 mar. 2017.